

FACULDADE DOCTUM DE CARANGOLA

FELIPE CARIM CALDAS

MIGRANTES NO BRASIL: DE INIMIGOS A ALIADOS

CARANGOLA

2018

FELIPE CARIM CALDAS
FACULDADE DOCTUM DE CARANGOLA

MIGRANTES NO BRASIL: DE INIMIGOS A ALIADOS

**Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Direito da
Faculdade Doctum de Carangola,
como requisito parcial à obtenção do
título de Bacharel em Direito.**

**Área de Concentração: Direito
Internacional e Direito Constitucional**

Orientador: Prof. Felipe Tannus Cheim

CARANGOLA

2018

FACULDADE DOCTUM DE CARANGOLA

FOLHA DE APROVAÇÃO

O Trabalho de Conclusão de Curso intitulado: **MIGRANTES NO BRASIL: DE INIMIGOS A ALIADOS**, elaborado pelo aluno **FELIPE CARIM CALDAS** foi aprovado por todos os membros da Banca Examinadora e aceita pelo Curso de Direito da Faculdade Doctum de Carangola, como requisito parcial da obtenção do título de **BACHAREL EM DIREITO**.

Carangola, ____ de _____ de ____.

Prof. Orientador: Felipe Tannus Cheim

Prof. Examinador 1

Prof. Examinador 2

A todos aqueles que tornaram este momento possível, em especial a minha família, de sangue e de escolha, esta na forma dos amigos...

AGRADECIMENTOS

A execução desde trabalho apenas se tornou possível, ao final de curtos cinco anos, nos quais foram acumuladas experiências, formadas opiniões e, principalmente, novos pilares sobre os quais construir.

Agradeço as oportunidades de aprendizado, de crescimento, tanto acadêmico quanto pessoal, dadas por todos aqueles que abriram as portas para a discussão, que foram compreensíveis nos momentos de necessidade e verdadeiros professores na prática do direito.

Aos amigos, próximos ou distantes, que de alguma forma compartilharam do caminho e tornaram possível ultrapassar cada etapa: da 1ª Vara Cível, Criminal e JIJ da Comarca de Carangola, pertencente ao Tribunal de Justiça de Minas Gerais; do Cartório Eleitoral de Carangola, 69ª Zona Eleitoral. Em especial a Esmael Meirelles e Hygor Ferreira – irmãos de longa data – Alan Bernardo, Julian Monteiro, Isabella Ribas, Luana Rodrigues, Marco Aurélio, Fabiana Aparecida, Victor Ramos, Saeliton Rodrigues, Rodrigo Moura, Ygor Santana e Gabriel Magno.

Por fim, mas não menos importante, aos meus pais e a toda a minha família, pela compreensão e pelo apoio despendidos ao longo desse trajeto.

Hoje é fácil perceber que, sozinho, esse caminho teria sido muito mais árduo, talvez até mesmo intolerável, intransponível, e que devemos ser gratos por todos aqueles que, mesmo travando as próprias batalhas, estenderam as mãos e disseram palavras de apoio. Saibam que, acima de tudo, se encontra uma grande gratidão pelas presenças de todos vocês.

Que esta se revele apenas como mais uma vitória diante de muitas nas vidas de todos nós.

RESUMO: O presente trabalho parte de um questionamento acerca das inovações trazidas por uma nova legislação, esbarrando em paradigmas outrora firmados pelo Estado em uma herança de um não tão recente período autoritário. Até meados de 2017, o Brasil ainda não havia atualizado integralmente sua legislação no tocante ao direito internacional, conseqüentemente permitindo a permanência de disposições ultrapassadas, como a Doutrina da Segurança Nacional. Eis que, antes, o imigrante, chamado de estrangeiro, era tido como uma ameaça em diversas áreas, pelo que tratado de forma diferenciada e acompanhado de perto pelo Estado. Desde então já se vislumbravam críticas a tratamento, o que foi exponencialmente aumentado após a promulgação da “Constituição Cidadã”, em 1988, que esbanja direitos e garantias, abarcando, inclusive, os estrangeiros. A quebra deste paradigma só se dá com a promulgação da nova legislação, carregando os preceitos constitucionais e possibilitando que o maior país da América Latina receba os necessitados, estendendo suas influências. Logo, a participação do país junto ao Mercosul também é um objeto de estudo, tal como as ações e atitudes tomadas frente as recentes ondas migratórias advindas de países vizinhos que, há muito, vem enfrentando severas crises.

PALAVRAS-CHAVE: Estatuto do Estrangeiro; Lei de Migração; Constituição da República de 1988.

ABSTRACT: The present work starts from a questioning about the innovations brought by a new legislation, bumping into paradigms once established by the State in an inheritance of a not so recent authoritarian period. By mid-2017, Brazil had not yet fully upgraded its legislation regarding international law, thereby permitting the continuation of outdated provisions, such as the National Security Doctrine. Behold, before, the immigrant, called a foreigner, was perceived as a threat in several areas, and therefore treated differently and closely followed by the State. Since then, criticism of treatment has been seen, which has been exponentially increased after the promulgation of the "Citizen Constitution" in 1988, which lavishes rights and guarantees, including foreigners. The breakdown of this paradigm only occurs with the promulgation of the new legislation, carrying the constitutional precepts and enabling the largest country in Latin America to receive the needy, extending their influences. Therefore, the country's participation in Mercosur is also an object of study, as are the actions and attitudes taken in the face of recent migratory waves from neighboring countries that have been facing severe crises for a long time.

KEYWORDS: Foreigner Statute; Law of Migration; Constitution of the Republic of 1988.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	8
2 DO ESTATUTO DO ESTRANGEIRO À LEI DE MIGRAÇÃO	10
3 O ESTATUTO E A CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA DE 1988	13
3.1 O Estatuto do Estrangeiro	14
3.1.1 A controversa recepção pela Constituição de 1988	15
4 A NOVA LEI DE MIGRAÇÃO	19
4.1 Inovações	20
4.2 Desafios a serem superados	22
5 A NOVA LEGISLAÇÃO E A AMÉRICA DO SUL	24
5.1 A Lei de Migração Argentina	24
5.1.1 Contribuição na nova legislação brasileira	25
5.2 A onda migratória venezuelana	26
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	29
REFERÊNCIAS	31
ANEXOS	34

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho partiu de um questionamento acerca das inovações trazidas por uma nova legislação, mas alcançou paradigmas outrora firmados pelo Estado em uma herança de um não tão recente período autoritário.

Firmando um entendimento e um paradigma já ultrapassado, até meados de 2017, o Brasil ainda não havia atualizado completamente suas disposições no tocante ao direito internacional, mais especificamente, na figura do estrangeiro ou do brasileiro que se encontra no exterior.

Isso pois, até então, vigorava o Estatuto do Estrangeiro, promulgado nos últimos anos do governo militar e que simbolizava a primeira vez que o país trataria sobre o tema em sua legislação. Entretanto, a Doutrina, ou Política, da Segurança Nacional, a ser explicada ao longo do trabalho, era extremamente forte naquela época e a figura do migrante – naquela época chamado de estrangeiro – era vista como uma ameaça nas mais diversas áreas possíveis.

Consequentemente, referida legislação fazia diversas distinções entre os brasileiros e os estrangeiros, limitando e condicionando seus direitos e garantias, acompanhando-os de perto e sempre os mantendo “em cheque”.

Desde então já se vislumbravam algumas críticas a este comportamento, ao meio de tratamento dos estrangeiros, o que foi exponencialmente aumentado após a promulgação da “Constituição Cidadã”, em 1988. Isto pois a nova Carta Magna esbanja direitos e garantias, abarcando, inclusive, os estrangeiros. É forte afirmar princípios fundamentais e se estender até os seguimentos sociais antes excluídos de sua proteção.

Assim, a promulgação da nova legislação, que carrega os preceitos constitucionais, possibilita que o Brasil – o maior país da América Latina – estenda suas influências e possa agir até mesmo nos mais recentes casos.

Tomando cada uma destas questões como um norte, o presente trabalho busca abordar a consolidação de cada instituto, investigando o que levou à edição do revogado Estatuto do Estrangeiro, bem como das ideias que vigoraram para a elaboração da nova Lei de Migração.

A participação e a influência do país junto ao Mercosul também são objeto de estudo, porquanto há quem defenda que a legislação pátria possui elementos semelhantes aos argentinos, que seriam a vanguarda sul americana no assunto, desde 2003.

Outra questão a ser levada em consideração e que, de certa maneira, sofre com a influência dos novos dispositivos é a ação estatal frente às crescentes ondas migratórias advindas de países vizinhos, como por exemplo, aquelas originárias da Venezuela, que se encontra em severas crises desde meados de 2013.

Através de uma abordagem doutrinária e exploratória, questiona os paradigmas outrora firmados, enquanto analisa os institutos trazidos pela inovação legislativa, a fim de demonstrar suas origens e sua importância, abordados em diversas teses.

2 DO ESTATUTO DO ESTRANGEIRO À LEI DE MIGRAÇÃO

Para adentrar o tema é necessário tecer breves observações acerca de sua posição na história nacional, de modo a ilustrar os paradigmas que tomavam conta do Estado Brasileiro e que, nos tempos atuais, vem sendo gradativamente alterados, sob a ótica da vigente Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

A Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980 – Estatuto do Estrangeiro – é o ponto originário no qual o estrangeiro, ou migrante, passou a ser observado pela legislação brasileira. Datada de período anterior à vigente Carta Magna, foi concebida ao final de um período autoritário, conduzido por militares¹, carregando características voltadas essencialmente à Política de Segurança Nacional.

Segundo Gallotti:

A Lei n. 6.815/1980, que representa a frente legal brasileira mais recente para dispor da matéria, é excerto do ordenamento jurídico formulado sob a Constituição de 1967, juntamente com sua Emenda n. 1, de 1969. Isto é, provém do período político autoritário dos governos civil-militares entre 1964-1985. Sua base ultranacionalista e protecionista representa entrave jurídico para o estabelecimento de relações migratórias consistentes e para a direção de uma política pública migratória exclusiva, baseada nos direitos humanos fundamentais e que dê oportunidades para o desenvolvimento das capacidades do imigrante (direito ao desenvolvimento humano). (GALLOTTI, 2016, p. 13).

Sob a ótica no novo ordenamento, tal legislação passou a contrariar tratados internacionais, princípios democráticos e até mesmo as garantias fundamentais expressamente colocadas na Constituição Federal de 1988, criminalizando a migração e considerando os não nacionais como uma “ameaça à segurança nacional”. Assim, a legislação era responsável por restringir a liberdade daqueles, pela seletividade econômica dos migrantes e pela excessiva burocratização dos processos de regularização.

¹ A Ditadura Militar no Brasil se estendeu de 1964 a 1985 e adotava uma diretriz nacionalista, desenvolvimentista e de oposição ao comunismo. Entrou em decadência a partir do momento que o governo não mais conseguia estimular a economia ou controlar a inflação e os níveis crescentes de concentração de renda e pobreza provenientes de seu projeto econômico.

Assim, havendo a necessidade de uma renovação, a Nova Lei de Migração (Lei nº 13.445 de 24 de maio de 2017) avançou no Congresso Nacional e apesar de todo um contexto geral predominantemente tomado por retrocessos legislativos, veio a ser promulgada em 24 de maio de 2017, tendo expressamente revogado as Leis nº 818/1949 – que regulava a aquisição, a perda e a reaquisição da nacionalidade, e a perda dos direitos políticos – e 6.815/1980.

Concebida em conformidade aos princípios constitucionais, a legislação passou a atribuir valor à dignidade da pessoa humana e a todos os envoltos na proteção dos direitos humanos, tratando de direitos e deveres do migrante e do visitante no Brasil, colocando o país numa posição de Vanguarda nesta matéria. Isto pois, deferiu aos imigrantes as prerrogativas até então direcionadas exclusivamente aos Brasileiros.

Suas principais mudanças serão abordadas de forma mais específica ao curso do presente trabalho, cumprindo destacar, desde já, que dentre elas estão a desburocratização da regularização migratória², a institucionalização da política de vistos humanitários e a não criminalização por razões migratórias, além do conjunto de direitos e prerrogativas supracitadas, que até então não eram garantidos aos migrantes.

Outra singela mudança que caracteriza a quebra do paradigma anterior é a troca da nomenclatura dada aos não nacionais, vez que, antes e durante a vigência do Estatuto do Estrangeiro, estes eram nomeados como “Estrangeiros”, mas com o advir da nova legislação passam a ser nomeados “Migrantes” ou “Visitantes”, conforme cada caso.

Vale ressaltar, também, que os dispositivos da nova legislação se encontram em regulamentação específica pelos órgãos responsáveis por sua implementação, sendo cruciais para não desvirtuar seus preceitos e intenções, o que pode se mostrar

² Já em meados de março de 2018, algumas medidas vinham sendo tomadas no intuito de agilizar a regularização de migrantes. No caso, buscando atender a forte onda migratória advinda da Venezuela. Saiba mais em: <<http://www.justica.gov.br/news/brasil-agiliza-regularizacao-de-venezuelanos>>. Acesso em 06 de novembro de 2018.

um verdadeiro desafio face as problemáticas envolvendo deportações arbitrárias e o controle das fronteiras.

Num cenário mais recente, há de se observar quais as medidas tomadas diante das fortes ondas migratórias, por exemplo, aquela originada na Venezuela, país que vive uma inflação meteórica, com grave escassez de alimentos e de produtos de necessidade básica, uma grande recessão e crises tanto econômicas quanto políticas, num quadro agravado na gestão do atual presidente, Nicolás Maduro³.

É procurando respostas para estas e outras questões pertinentes à matéria que se desenvolve o presente trabalho, visando ilustrar as principais alterações entre as Leis supracitadas e também o paradigma presente no ordenamento brasileiro, diante do cenário global atual.

³ Estima-se que, diante de tal situação caótica, surgiu uma onda migratória de venezuelanos para os países vizinhos da América Latina, principalmente o Brasil, com pelo menos 50 (cinquenta) mil deles adentrando terras tupiniquins. Saiba mais em: <<https://www.opovo.com.br/noticias/mundo/2018/03/entenda-a-crise-na-venezuela-que-provocou-onda-migratoria-ao-brasil.html>>. Acesso em: 12 de outubro de 2018.

3 O ESTATUTO E A CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA DE 1988

Os Migrantes são aqueles que deixam seu país em busca de melhores condições de vida, econômicas, para reencontrar familiares ou até mesmo por questões naturais e não devem ser confundidos com aqueles que buscam refúgio ou asilo.

Eis que, enquanto os migrantes alçam novas terras por razões próprias, refugiados⁴ e asilados se veem obrigados a tal, em razão das condições desfavoráveis em que se encontravam ou por fundados temores.

Apesar de não serem o foco principal deste trabalho, cumpre ressaltar que o instituto do refúgio se encontra devidamente consolidado e previsto pela Lei nº 9.474, de 22 de julho de 1997 – Estatuto dos Refugiados. Por sua vez, o Asilo⁵ não tem uma legislação nacional própria, apesar de se encontrar garantido no Art. 4º, X, da Constituição Federal de 1988, sendo avaliado diretamente pela Presidência da República⁶.

Feitas as ressalvas necessárias e sem maiores delongas, passa-se à análise do objeto de estudo, o Migrante, sob a ótica do Estatuto do Estrangeiro e, cronologicamente, da Lei de Migração.

⁴ Para a Organização das Nações Unidas, os refugiados: “São pessoas que estão fora de seu país de origem devido a fundados temores de perseguição relacionados a questões de raça, religião, nacionalidade, pertencimento a um determinado grupo social ou opinião política, como também devido à grave e generalizada violação de direitos humanos e conflitos armados”. Saiba mais em: <<http://www.acnur.org/portugues/quem-ajudamos/refugiados/>>. Acesso em 12 de outubro de 2018.

⁵ O instituto jurídico do Asilo, ou o Direito de Asilo, é definido como uma garantia dada a pessoa perseguida por suas opiniões políticas, situação racial ou sexual, ou convicções religiosas, no seu país de origem, de buscar a proteção de outra autoridade soberana. Saiba mais em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Direito_de_asilo>. Acesso em: 05 de novembro de 2018.

⁶ Através do sítio eletrônico do Ministério da Justiça é possível se obter maiores informações acerca de referidos institutos, suas características principais e quando são concedidos. Saiba mais em: <<http://www.justica.gov.br/news/entenda-as-diferencas-entre-refugio-e-asilo>>. Acesso em 12 de outubro de 2018.

3.1 O Estatuto do Estrangeiro

A Lei 6.815/1980, como já ressaltado, foi criada no fim de um regime totalitário e ainda durante a vigência da Constituição Federal de 1967, que tinham como fundação teórica a Doutrina da Segurança Nacional, ligada à Escola Superior de Guerra, no Rio de Janeiro.

Assim, tal Estatuto, acompanhado de ideais já firmados nas constituições anteriores, foi utilizado pelas políticas públicas que tinham por objetivo o desenvolvimentismo, a substituição do modelo de importações, a defesa dos trabalhadores nacionais e a proteção dos setores industriais e de serviços.

Tais paradigmas se encontravam enraizados de tal forma que, nas constituições anteriores, foi tido e colocado como uma forma de diferenciação dos brasileiros e estrangeiros. Sobre a Assembleia Constituinte de 1946, por exemplo, Gallotti fez a ressalva:

(...) verifica-se que a “segurança nacional” é utilizada já como termo indeterminado, ligado à ordem pública, à ordem social, ou à ordem do próprio regime político. Pode-se interpretar que a “segurança nacional”, neste momento, quando o Legislador Constituinte debatia sobre a igualdade de direitos entre brasileiros e estrangeiros, mas ressaltava aspectos inerentes a brasileiro, conforme os “interesses nacionais”, era a justificativa para que ainda permanecesse o sistema de cotas de imigração no país, com seleção de imigrantes. (GALLOTTI, 2016, p. 29)

Com a já citada Escola Superior de Guerra é que se passou a aplicação de uma teoria de “defesa do Ocidente” contra o “inimigo”, que, naquela época, seriam os regimes comunistas presentes em algumas localidades do mundo⁷. Assim, teria por objetivo a mobilização dos setores da sociedade civil e do Estado, no intuito de construir uma nação autossuficiente.

⁷ Vale relembrar o crescimento da presença dos regimes comunistas e totalitários durante a Segunda Guerra Mundial e no período posterior, nomeado como a Guerra Fria, simbolizado, em sua maioria, pela União Soviética, num momento de grande polarização das políticas globais. Mais informações em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Segunda_Guerra_Mundial> e <https://pt.wikipedia.org/wiki/Guerra_Fria>. Acessos em: 12 de outubro de 2018.

A Doutrina da Segurança Nacional não é bem quista pelos doutrinadores jurídicos, porquanto se traduziu num instrumento de proteção dos interesses repressivos do regime autoritário, da tecnocracia militarista, abrindo mão de sua identificação para com o povo brasileiro e sendo atacada, inclusive, por membros do Supremo Tribunal Federal, à época.

Não só destes surgiram críticas a referida legislação, que também foi atacada por diversos militantes dos Direitos Humanos, líderes opositores e até mesmo religiosos, levando a sua alteração pela Lei nº 6.964/1981. Entretanto, apesar de ter renovado algumas garantias, igualmente reforçou outras diferenciações de acordo com as doutrinas supracitadas.

As críticas, como esperado, aumentaram após a promulgação da Carta Magna de 1988, que trouxe disposições contrárias ao Estatuto do Estrangeiro.

3.1.1 A controversa recepção pela Constituição de 1988

A nova Constituição da República Federativa do Brasil surgiu com o sepultar do regime autoritário, residindo na falência do modelo econômico imposto desde o seu começo e na campanha do “Diretas Já”, que foi responsável por empolgar e relembrar ao povo de quem emana o poder, sendo, de todos os textos constitucionais, aquele que mais apresentou legitimidade por parte da população.

Sendo nomeada pela Doutrina como a Constituição Cidadã, esbanja direitos e os estende a seguimentos sociais que até então eram excluídos de sua proteção, o que forçou a ocorrência de todo um desenvolvimento na teorética constitucional, a fim de transpor a teoria e torná-los factíveis, vez que a sociedade não mais se satisfaria com a existência daqueles apenas no primeiro plano. (AGRA, 2018)

Dentre as suas inovações, se mostrou inclinada a afirmação de princípios fundamentais, que deveriam ser respeitados e seguidos por todo o ordenamento, sob pena de que as normas contrárias a eles tivessem sua prevalência mitigada. Nesse sentido, a Doutrina pátria os descreve:

Os princípios fundamentais apresentam uma densidade de legitimidade muito mais intensa do que a maioria das normas contidas na Constituição, em razão de que possibilitam um consenso nos diversos setores da sociedade. São normas que gozam de tamanho assentimento no universo jurídico que não há obstáculos à sua concretização, ao menos no plano teórico. Como são princípios fundamentais, em caso de aparente antinomia com outros princípios devem prevalecer em detrimento dos demais. (AGRA, 2018, p.141)

Dentre tais princípios, talvez os mais conhecidos e também mais citados sejam aqueles presentes em seu artigo 5º, sendo certo que, no estudo em voga, o direito a igualdade de todos perante a lei foi fundamental para muitos questionamentos, *in verbis*:

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

I - homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição;

II - ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei; (BRASIL, 1988)

Feitas as ressalvas necessárias, inicia-se uma análise do Estatuto do Refugiado, e de seu Decreto Regulamentador (Decreto nº 86.715 de 10 de dezembro de 1981), através da ótica constitucional. Sob sua normativa, o imigrante possuía a obrigação de ser registrado junto ao Ministério da Justiça, especialmente no Departamento da Polícia Federal, bem como de comunicá-los de quaisquer alterações de seu domicílio ou residência, sendo evidente estar sob fiscalização.

Por outro lado, o brasileiro, nato ou naturalizado, não partilha de tais obrigações. Desta forma, diversas críticas foram feitas às evidentes violações da liberdade de ir e vir do migrante, do seu direito à privacidade, em claro rompimento da isonomia trazida pelo artigo supracitado. Tais obrigações violariam, também, tratados internacionais que reconhecem a mesmas garantias individuais dos nacionais aos estrangeiros.

Ao buscar uma razão que permitisse tais diferenciações, chega-se à conclusão de que o migrante era visto como um inimigo em potencial, pelo que deveria ser acompanhado pelo Estado, que violava sua vida privada, enquanto tentava exercer controle sobre ela.

Outra violação ao texto Constitucional se encontraria na leitura do art. 18 do Estatuto do Estrangeiro, que condicionaria à concessão do visto permanente ao exercício de atividade certa em local fixado, porquanto o não cumprimento de tais condições poderia acarretar no cancelamento de seu registro e à sua deportação – art. 125, X, do Estatuto do Estrangeiro.

A inteligência de referidos artigos é expressa ao definir, *in verbis*:

Art. 18. A concessão do visto permanente poderá ficar condicionada, por prazo não-superior a 5 (cinco) anos, ao exercício de atividade certa e à fixação em região determinada do território nacional.

(...)

Art. 125. Constitui infração, sujeitando o infrator às penas aqui cominadas:

(...)

X - infringir o disposto nos artigos 18, 37, § 2º, ou 99 a 101:

Pena: cancelamento do registro e deportação.

(BRASIL, 1980)

Se trata de uma violação pelo simples fato de que a Constituição Federal garante o imigrante a residência regular no Brasil, pelo que não subsistiriam razões para tais restrições, bem como pelo fato dar tratamento distinto aos imigrantes.

Tomando tais violações como base, bem como as garantias constitucionais supracitadas, cresce a dúvida do motivo por trás da recepção de referida lei na ordem jurídica atual. A princípio, sua recepção foi implícita, mas para Gallotti:

(...) a continuidade do Estatuto do Estrangeiro após a nova ordem democrática a ser instituída, era, sustenta-se, previsível e tolerada, embora o direito à reunião por imigrantes fosse proibida pela lei (art. 107) e viesse a violar o próprio inciso XVI, do art. 5º, da Constituição que se estava redigindo. (GALLOTTI, 2016, p. 64)

Pontua-se também que alguns constituintes firmavam entendimento no sentido de que o excesso da lei viesse a ser aparado por sua hermenêutica, a ser firmada pelo Supremo Tribunal Federal – talvez da maneira que são analisados os Códigos Penal e de Processo Penal, datados de 1940 e 1941, respectivamente – enquanto

outros ainda mantinham a posição de que estender os direitos aos migrantes seria nocivo ao desenvolvimento do país e aos trabalhadores brasileiros.

Ocorre que, a não recepção sem a criação de novas disposições acerca da matéria apenas criaria um “vazio jurídico”⁸, acarretando uma grave insegurança jurídica, porquanto seus casos poderiam ser abordados das mais diversas maneiras e sem um mínimo de congruência entre elas.

Fato é que, antes da promulgação da nova lei, não se teve a oportunidade do Superior Tribunal Federal de analisar a constitucionalidade de seus institutos e, conseqüentemente, de sua recepção no ordenamento atual. Entretanto, a edição de nova lei demonstrou o reconhecimento de que àquela não mais abarcava os princípios constitucionais, sendo incompatível e, conseqüentemente, imprestável para que continuasse a ser aplicada.

⁸ O Vazio Jurídico, também chamado de Lacunas da Lei, pode ser definido como uma incompletude do ordenamento pela inexistência de normas jurídica aplicável, ou seja, é o nome dado a uma omissão. Pode se entender, também, que a primeira é nomenclatura seria uma maximização da segunda, porquanto se referiria a ausência de legislação sobre o tema, enquanto a segunda trataria de casos específicos. Saiba mais em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Lacunadas_lei>. Acesso em: 06 de novembro de 2018.

4 A NOVA LEI DE MIGRAÇÃO

Apesar de todas as intempéries narradas, o Brasil sempre foi um país de recepção de migrantes, pelo que se considera que a discussão sobre tais questões se deu de forma bastante tardia em sua história, principalmente em comparação a países vizinhos.

Desta forma, a primeira norma incluída no regimento acerca destes foi o questionado Estatuto do Estrangeiro, com todas as suas controvérsias. Contra ele, apenas em 2009 foi realizada nova proposta, através do Projeto de Lei 5.655/09. Entretanto, tal projeto, na prática, apenas atualizaria a legislação vigente e, assim, veio a ser substituído pelo Projeto de Lei 2.516/2015.

Este, que foi proposto pelo senador Aloysio Nunes Ferreira, foi aprovado em julho de 2015 no Senado Federal e seguiu para a Câmara dos Deputados, onde também recebeu aprovação em dezembro de 2016, vindo a ser sancionada em maio de 2017, sob o nº 13.445/2017.

A nova legislação definiu aqueles que por ela serão abarcados, bem como determinou direitos aos imigrantes, em consoante com as determinações trazidas pela Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e, em seu texto original, concederia a eles inclusive direitos de exercício de funções públicas. Entretanto, tais previsões, dispostas nos §§ 2º e 3º do seu art. 4º, e aquelas trazidas pelo inciso II do art. 30, foram objeto de veto, vez que a Advocacia-Geral da União, o Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República e a Casa Civil da Presidência da República, consoante Mensagem nº 163, de 24 de maio de 2017, consideraram que, *in verbis*:

Os dispositivos possibilitariam o exercício do cargo, emprego ou função pública por estrangeiro não residente, em afronta à Constituição e ao interesse nacional. Além disso, trata em diploma relativo ao tema migratório de matéria reservada à regulação de provimento de cargo público, cuja iniciativa é privativa do Presidente da República, a teor do artigo 61, § 1º, II, 'c', da Constituição. Ademais, reserva a edital de concurso a definição, concessão ou restrição de direitos, o que configura-se inadequado à sua função de apenas direcionar a fiel execução da lei para acesso a carreiras públicas. (BRASIL, 2017)

Entretanto, apesar de se falar que o Brasil se encontraria na Vanguarda acerca da matéria, a norma também estabeleceu uma extensa burocracia para a regularização, bem como penalidades àqueles que venham a violá-la, o que foi altamente criticado.

Ainda assim, há de se destacar que suas alterações, em maioria, se deram de forma positiva, numa concepção mais direcionada pelos Direitos Humanos e pela dignidade da pessoa humana.

4.1 Inovações

A nova legislação é representante de um grande avanço, abrindo a perspectiva de esperança para muitos migrantes que já se encontram no país, para os que ainda estão por vir e para os brasileiros que emigraram ao exterior. É evidente que a maior alteração se dá pela quebra do anacronismo trazido pelo Estatuto dos Estrangeiros, residindo na mudança de enfoque desse novo marco legal.

Como já exposto, a nova lei, já em seu artigo 1º, tratou de definir as categorias associadas à mobilidade, vindo a instituir, no ordenamento jurídico, a categorização do imigrante, com modulação temporal – temporários ou permanentes; emigrante; visitante, e; apátrida.

A seção seguinte recebeu o título “Dos Princípios e das Garantias” e se estende do art. 3º ao 4º. Destes, o primeiro define os princípios e diretrizes que regem a política migratória brasileira, notadamente trazendo os seguintes pontos:

- I - universalidade, indivisibilidade e interdependência dos direitos humanos;
- II - repúdio e prevenção à xenofobia, ao racismo e a quaisquer formas de discriminação;
- III - não criminalização da migração;
- IV - não discriminação em razão dos critérios ou dos procedimentos pelos quais a pessoa foi admitida em território nacional;
- V - promoção de entrada regular e de regularização documental;
- VI - acolhida humanitária;
- VII - desenvolvimento econômico, turístico, social, cultural, esportivo, científico e tecnológico do Brasil;
- VIII - garantia do direito à reunião familiar;
- IX - igualdade de tratamento e de oportunidade ao migrante e a seus familiares;
- X - inclusão social, laboral e produtiva do migrante por meio de políticas públicas;

XI - acesso igualitário e livre do migrante a serviços, programas e benefícios sociais, bens públicos, educação, assistência jurídica integral pública, trabalho, moradia, serviço bancário e seguridade social;
XII - promoção e difusão de direitos, liberdades, garantias e obrigações do migrante;
XIII - diálogo social na formulação, na execução e na avaliação de políticas migratórias e promoção da participação cidadã do migrante;
XIV - fortalecimento da integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, mediante constituição de espaços de cidadania e de livre circulação de pessoas;
XV - cooperação internacional com Estados de origem, de trânsito e de destino de movimentos migratórios, a fim de garantir efetiva proteção aos direitos humanos do migrante;
XVI - integração e desenvolvimento das regiões de fronteira e articulação de políticas públicas regionais capazes de garantir efetividade aos direitos do residente fronteiriço;
XVII - proteção integral e atenção ao superior interesse da criança e do adolescente migrante;
XVIII - observância ao disposto em tratado;
XIX - proteção ao brasileiro no exterior;
XX - migração e desenvolvimento humano no local de origem, como direitos inalienáveis de todas as pessoas;
XXI - promoção do reconhecimento acadêmico e do exercício profissional no Brasil, nos termos da lei; e
XXII - repúdio a práticas de expulsão ou de deportação coletivas.
(BRASIL, 2017)

Por sua vez, o art. 4º foi responsável por garantir ao migrante, em condição de igualdade com os nacionais, a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, bem como:

I - direitos e liberdades civis, sociais, culturais e econômicos;
II - direito à liberdade de circulação em território nacional;
III - direito à reunião familiar do migrante com seu cônjuge ou companheiro e seus filhos, familiares e dependentes;
IV - medidas de proteção a vítimas e testemunhas de crimes e de violações de direitos;
V - direito de transferir recursos decorrentes de sua renda e economias pessoais a outro país, observada a legislação aplicável;
VI - direito de reunião para fins pacíficos;
VII - direito de associação, inclusive sindical, para fins lícitos;
VIII - acesso a serviços públicos de saúde e de assistência social e à previdência social, nos termos da lei, sem discriminação em razão da nacionalidade e da condição migratória;
IX - amplo acesso à justiça e à assistência jurídica integral gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos;
X - direito à educação pública, vedada a discriminação em razão da nacionalidade e da condição migratória;
XI - garantia de cumprimento de obrigações legais e contratuais trabalhistas e de aplicação das normas de proteção ao trabalhador, sem discriminação em razão da nacionalidade e da condição migratória;
XII - isenção das taxas de que trata esta Lei, mediante declaração de hipossuficiência econômica, na forma de regulamento;
XIII - direito de acesso à informação e garantia de confidencialidade quanto aos dados pessoais do migrante, nos termos da Lei no 12.527, de 18 de novembro de 2011;

XIV - direito a abertura de conta bancária;
XV - direito de sair, de permanecer e de reingressar em território nacional, mesmo enquanto pendente pedido de autorização de residência, de prorrogação de estada ou de transformação de visto em autorização de residência; e
XVI - direito do imigrante de ser informado sobre as garantias que lhe são asseguradas para fins de regularização migratória.
(BRASIL, 2017)

Desta forma, apesar da existência de vetos inspirados em visões mais restritivas, que remetem à Doutrina de Segurança Nacional, o ordenamento jurídico nacional passa a contar com uma das legislações mais modernas acerca da matéria e avança no sentido de assegurar pleno acesso a serviços, garantir a reunião de familiares e repudiando práticas de deportações coletivas, entre outras.

Entretanto, apesar da nova Legislação já ter sido publicada e já se encontrar vigente, o ordenamento ainda pode ter que enfrentar novos desafios e ameaças para que esta venha a ter uma eficácia real.

4.2 Desafios a serem superados

Ao analisar a nova legislação, os pesquisadores defendem que os principais desafios colocados diriam respeito à regulamentação da Lei e ao enfrentamento dos vetos colocados pela Presidência da República.

O primeiro pela necessidade de que a nova legislação possua sua efetividade garantida, através da criação e estruturação, ou reestruturação – no caso de já existência – dos institutos necessários à sua plena aplicação.

Em relação aos vetos presidenciais, propostos pela Casa Civil, pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública, pela Advocacia Geral da União e do Gabinete de Segurança Institucional, conforme supracitado, expressam a atuação de setores conservadores, que podem vir a desconfigurar alguns elementos positivos.

Oliveira defende, ainda, que, *in verbis*:

Além desses desafios, um outro, revestido de ameaça, é a crescente manifestação organizada de segmentos sociais, assumidamente com posições à direita do campo ideológico, que são contrários à nova lei. São pessoas completamente equivocadas a respeito das migrações

internacionais e que sequer se dão ao mínimo trabalho de conhecer o tema, pois se o fizessem teriam a dimensão do quanto são equivocadas suas posições, uma vez que uma vasta gama de trabalhos acadêmicos sérios mostra que a migração traz mais benefícios do que prejuízos para os países de destino. (OLIVEIRA, 2017, p. 177)

Logo, de forma sintética, faz-se necessário assegurar a regulamentação da lei, preservando seus avanços; definir, imediatamente, o organismo de governo que passará a ser responsável pela condução das políticas migratórias – até então regidas pelo Conselho Nacional de Imigração, pertencente ao Ministério do Trabalho; e promover campanhas educativas, com o fim de demonstrar a necessidade de implementação da nova lei e de combater remanescentes culturais e comportamentais contrários à imigração e ao imigrante – a xenofobia, por exemplo – a fim de possibilitar a garantia dos direitos constitucionais.

5 A NOVA LEGISLAÇÃO E A AMÉRICA DO SUL

O Brasil é o maior país da América do Sul, ao menos no que tange sua extensão territorial e população, fazendo divisa com ao menos dez países – Guiana Francesa, Suriname, Guiana, Venezuela, Colômbia, Peru, Bolívia, Paraguai, Argentina e Uruguai.

Tendo relações com os países vizinhos e, em especial, com o Mercosul, as novas disposições advieram de medidas já tomadas por outros países e afetam as relações atuais.

Logo, é importante estudar as fontes utilizadas pelos legisladores, no editar dos textos promulgados, bem como analisar as mais recentes ocorrências, como a já citada onda migratória venezuelana, fortalecida pelo governo autoritário de Nicolás Maduro.

5.1 A Lei de Migração Argentina

Em um quesito histórico, a Argentina é um país de migrações, o que se encontra exposto em sua formação populacional e nas pautas de seus governos. Já em 2003, promovia avanços e inspirava os Acordos de Residência do Mercosul, através da promulgação de uma nova lei - *Ley de Migraciones* nº 25.871, de 17 de dezembro de 2003.

O novo texto se opunha à lei militar que tinha o papel de controlar os imigrantes, bem como concedeu direitos aos estrangeiros residentes, como o acesso a serviços sociais, a igualdade de tratamento, o direito a reunificação familiar, a seguridade social, entre outros, já se mostrando, desde então, bem semelhante às novas disposições vigentes no Brasil.

A nova legislação argentina levou em conta também o Mercosul, vez que, no caso de existência de acordos migratórios entre os Estados, se aplicaria a lei mais benéfica ao imigrante, garantindo-os, assim, um tratamento diferenciado e prioritário.

Em razão disso, Culpi aponta que a Argentina

(...) demonstrou respeitar as normas internacionais e priorizar os compromissos firmados no seio do processo de integração regional. A partir disso, a Argentina assumiu papel de destaque como proponente de leis e liderou, dentro dos fóruns do Mercosul, a busca pela expansão do processo de livre circulação de pessoas dentro do bloco. (CULPI, 2016, p. 12)

Logo, tendo o país um claro interesse nas questões migratórias, expandiu seu poder de barganha no Mercosul e na região, bem como requereu a colaboração dos demais Estados membros, para que facilitassem a emissão de documentos necessários, sendo apontada pelos doutrinadores como um país com condições de exercer uma liderança no tema.

5.1.1 Contribuição na nova legislação brasileira

No início dos anos 2000, Brasil e Argentina passariam a atribuir certa importância aos processos relacionados ao Mercosul, principalmente no tocante a questões migratórias, pelo que buscariam a mútua cooperação para resolução de desafios comuns às nações.

Eis que os Estados do bloco se encontravam em mudanças de governo, enfrentando desafios semelhantes e alinhando suas ideologias socioeconômicas. Apesar de haver controvérsia acerca do bloco econômico ter sido utilizado como meio, ou não, para a troca entre os países, foram realizados estudos acerca da legislação argentina, com a delimitação de seus aspectos principais, que acabaram por ser incorporados na Nova Lei de Migrações brasileira.

Assim, o Centro de Estudios Legales y Sociales⁹

definiu áreas prioritárias, que deveriam ser transferidas para a lei migratória brasileira: i) a ideia da migração como um direito (não discriminação, direito a regularização, entre outros); ii) a ideia de acesso à justiça, trazendo a experiência argentina exitosa; iii) os procedimentos de expulsão e controle judicial da expulsão. Essas áreas foram em grande medida levadas em consideração na Nova Lei de Migrações, que comprovam a transferência das ideias da Argentina ao Brasil. (MAIA, 2016, citada por CULPI, 2016, p. 17)

⁹ Saiba mais em <<https://www.cels.org.ar/web/>>. Acesso em 22 de outubro de 2018.

Alguns elementos que indiciam a transferência de conteúdo entre as Leis Argentina e Brasileira, ressaltados pela doutrinadora, seriam a preocupação com a garantia de acesso à justiça aos imigrantes, bem como de fortalecer a sociedade local para pressionar o governo, no intuito de garantir uma proteção maior aos imigrantes.

Desta forma, não restariam dúvidas acerca da transferência entre as nações, considerando as fortes evidências e as medidas aplicadas pela lei local, ainda que não se possa dizer que regulou inteiramente a nossa legislação.

Expressa, também, a facilitação destas trocas através pelo Mercosul, através dos seus respectivos Fóruns, bem como que a Argentina se revelou uma protagonista na questão, sendo crucial para garantir a reinvenção do tratamento dado a ela.

Sobre isso, Culpi concluiu que

A resposta à pergunta de pesquisa proposta, de se a Lei migratória argentina inspirou a Nova Lei de Migrações é sim, em alguns aspectos, especialmente em função do trabalho das organizações não governamentais argentinas que promoveram as transferências e dos representantes argentinos que participaram de conferências no Brasil sobre o tema, levando o exemplo argentino a esses países. Porém, devido às mudanças no PL 2516/2015 e aos vetos de Michel Temer à Nova Lei de Migrações, pode-se dizer que houve poucos elementos transferidos de fato, especialmente a ideia de migração como um direito e de garantia do acesso à justiça aos migrantes. (CULPI, 2016, p. 19)

Logo, resta observar se com a aprovação da nova legislação, inspirada em normas estrangeiras, possibilitará a consolidação de uma política migratória mais consistente no Brasil.

5.2 A onda migratória venezuelana

Desde o final do governo de Hugo Chávez, a Venezuela vem enfrentando uma grave crise socioeconômica e política, com um aumento exponencial da inflação e do número de crimes cometidos, bem como uma queda do Produto Interno Bruto, o que colocou o país e sua população em uma posição de severa fragilidade.

Nos noticiários, se tornaram comuns os relatos de corrupção, escassez de produtos básicos – alimentos incluídos – e o fechamento de suas empresas. Todas estas questões ocasionaram um forte movimento migratório, muito superior aos registrados anteriormente.

O Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados aponta que, desde 2014 – início do governo de Nicolás Maduro – pelo menos um milhão de venezuelanos já teriam abandonado o país, registrando-se pelo menos cinquenta mil saídas diárias.

A agência estima, ainda, que desde 2017, o Brasil já recebeu mais de cinquenta e dois mil venezuelanos, sendo certo que boa parte destes solicitaram refúgio sob a soberania nacional.

Em verdade, é necessário ressaltar, desde já, que muitos dos casos deverão ser observados sob tal ótica, com a aplicação da legislação especializada e vigente, qual seja, o Estatuto do Refugiado (Lei nº 9.474 de 22 de julho de 1997), principalmente pelos fatores que os levaram a migrar.

Por outro lado, existem aqueles casos que não se enquadram em tal categoria e que poderão ser abarcados pela nova Lei de Migração, notadamente pela previsão de concessão de visto temporário humanitários a indivíduos que sofrem violação de direitos humanos. Assim, a proteção seria estendida aos migrantes forçados, nos termos do §3º do Art. 14 da Lei nº 13.445/2017, *in verbis*:

§ 3º O visto temporário para acolhida humanitária poderá ser concedido ao apátrida ou ao nacional de qualquer país em situação de grave ou iminente instabilidade institucional, de conflito armado, de calamidade de grande proporção, de desastre ambiental ou de grave violação de direitos humanos ou de direito internacional humanitário, ou em outras hipóteses, na forma de regulamento. (BRASIL, 2017)

Já na vigência da nova Lei e devido ao aumento do fluxo de migrantes venezuelanos, principalmente através do Estado de Roraima, o Presidente Michel Temer reconheceu a crise humanitária daqueles, por meio do Decreto nº 9.285/2018, vindo a editar a Medida Provisória de nº 820/2018, tratando das medidas assistenciais, de cunho emergencial, a serem tomadas para acolhimento dos detentores de visto humanitário.

A Medida Provisória, posteriormente convertida em Lei (Lei nº 13.684 de 21 de junho de 2018), tem o objetivo de articular ações integradas a serem desempenhadas por todos os entes estatais e visando a ampliação de diversas medidas, como se extrai da inteligência de seu artigo 5º, *in verbis*:

Art. 5º As medidas de assistência emergencial para acolhimento a pessoas em situação de vulnerabilidade decorrente de fluxo migratório provocado por crise humanitária visam à ampliação das políticas de:

I – proteção social;

II – atenção à saúde;

III – oferta de atividades educacionais;

IV – formação e qualificação profissional;

V – garantia dos direitos humanos;

VI – proteção dos direitos das mulheres, das crianças, dos adolescentes, dos idosos, das pessoas com deficiência, da população indígena, das comunidades tradicionais atingidas e de outros grupos sociais vulneráveis;

VII – oferta de infraestrutura e saneamento;

VIII – segurança pública e fortalecimento do controle de fronteiras;

IX – logística e distribuição de insumos; e

X – mobilidade, contemplados a distribuição e a interiorização no território nacional, o repatriamento e o reassentamento das pessoas mencionadas no caput deste artigo. (BRASIL, 2018)

Tais medidas caracterizam uma das primeiras aplicações práticas da Nova Legislação, com efeitos ainda a serem observados, mas com claro intuito de possibilitar a preservação dos Direitos Humanos, garantindo a mínima dignidade daqueles migrantes, como objetivado e defendido pela própria Constituição Federal.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Partindo de uma análise histórica, foi possível observar as origens de cada uma das legislações abordadas e, conseqüentemente, os paradigmas carregados por seus editores.

Durante a vigência de um regime totalitário, fundando-se na Doutrina de Segurança Nacional, foi editado e promulgado o Estatuto do Estrangeiro – controverso desde sua publicação – que colocava os migrantes numa posição de constante observação e acompanhamento pelos Entes Federativos, fundado no receio existente de que estes se mostrassem um risco para as mais diversas áreas do desenvolvimento nacional.

Após a promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, que estendeu sua proteção até mesmo aos estrangeiros que estivessem localizados em terras tupiniquins, as críticas a legislação vigente tiveram um crescimento exponencial. Apesar disso, foi tácita e implicitamente recepcionada, sendo mantida no ordenamento jurídico até o ano de 2017, seja pela ausência de prazo para que os guardiões da constituição analisassem sua constitucionalidade, seja pelo fato de que a sua simples remoção causaria um vazio jurídico, resultando em severa insegurança.

Por outro lado, os trabalhos sobre a nova legislação foram iniciados em meados de 2015, com a existência de evidências movimentos anteriores, o que demonstra que os legisladores já se preocupavam acerca da necessidade de atualização das normas, principalmente para que estas se tornassem condizentes com o ordenamento jurídico, carregando-se de preceitos constitucionais.

Publicada em março de 2017 e com vigência iniciada em novembro do mesmo ano, ainda são poucos os exemplos de aplicações práticas da nova Lei de Migração. Houveram críticas à forma que foi publicada, porquanto teria retomado alguns dos paradigmas que buscava quebrar, mas, num geral, a opinião doutrinária acerca de suas mudanças é bastante positiva.

No mais, é possível vislumbrar sua utilização subsidiária para resolução das questões advindas da onda migratória venezuelana – originada das graves crises

sofridas pelo país –, para alcançar aqueles indivíduos que não possam ser classificados como refugiados.

Logo, as mudanças são positivas e recebidas pelo ordenamento com a esperança de uma quebra de paradigmas, esperança esta que deve ser medida, enquanto se observam os procedimentos de regulamentação dos institutos previstos na nova lei, para que esta não venha a ser desvirtuada ou que caia em desuso.

Conclui-se, desta forma, que o Brasil avança para a Vanguarda Sul-Americana no tocante ao tema, garantindo e validando, vez mais, os preceitos de tratados internacionais de que faz parte e que foram trazidos para o seu ordenamento interno nas mais diversas formas, incluídos na Carta Magna e desde então garantidos a todos os seus cidadãos, estendendo sua proteção àqueles migrantes que por aqui se localizem.

REFERÊNCIAS

AGRA, Walber de Moura. *Curso de Direito Constitucional*. 9. Ed. Belo Horizonte: Fórum, 2018. 895 p.

ARGENTINA. *Ley de Migraciones* nº 25.871, de 17 de dezembro de 2003. Disponível em: <<http://servicios.infoleg.gob.ar/infolegInternet/anexos/90000-94999/92016/texact.htm>>. Acesso em: 22 de outubro de 2018.

ASANO, Camila Lissa; TIMO, Pétalla Brandão. *A nova Lei de migração no Brasil e os direitos humanos*. Disponível em: <<https://br.boell.org/pt-br/2017/04/17/nova-lei-de-migracao-no-brasil-e-os-direitos-humanos>>. Acesso em: 12 de outubro de 2018.

BARZOTTO, L. C. *Nova lei de Migração no Brasil: O trabalhador estrangeiro diante do paradigma constitucional-fraternal*. Disponível em: <<http://www.editorajc.com.br/nova-lei-da-imigracao-no-brasil-o-trabalhador-estrangeiro-diante-do-paradigma-constitucional-fraternal/>>. Acesso em 27 de fevereiro de 2018.

BRASIL, MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. *Refúgio em Números*. P. 3. Disponível: <http://www.justica.gov.br/noticias/brasil-tem-aumento-de-12-no-numero-de-refugiados-em-2016/20062017_refugio-em-numeros-2010-2016.pdf>. Acesso em 27 de fevereiro de 2018.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Promulgada em 05 de outubro de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em 27 de fevereiro de 2018.

BRASIL. Decreto nº 86.715, de 10 de dezembro de 1981. Brasil – Diário Oficial da União. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/Antigos/D86715.htm>. Acesso em: 12 de outubro de 2018.

BRASIL. *Estatuto do Estrangeiro*. Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980. Revogada. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L6815impressao.htm>. Acesso em 27 de fevereiro de 2018.

BRASIL. *Estatuto dos Refugiados*. Lei nº 9.474, de 22 de julho de 1997. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9474.htm>. Acesso em 27 de fevereiro de 2018.

BRASIL. *Lei de Migração*. Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/L13445.htm>. Acesso em 27 de fevereiro de 2018.

BRASIL. *Mensagem nº 163, de 24 de maio de 2017, que comunica o veto parcial de alguns dispositivos do Projeto de Lei que instituiria a Lei de Migração*. Disponível

em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/Msg/VEP-163.htm>. Acesso em 22 de outubro de 2018.

CULPI, L. A. *Nova lei de migrações brasileira: Inspiração no modelo da Lei Migratória argentina?*. Disponível em: <http://www.humanas.ufpr.br/portal/nepri/files/2012/04/Nova-lei-de-migra%C3%A7%C3%B5es-brasileira_Inspira%C3%A7%C3%A3o-no-modelo-da-lei-argentina.pdf>. Acesso em 12 de outubro de 2018.

Entenda as diferenças entre refúgio e asilo. Ministério da Justiça. Disponível em: <<http://www.justica.gov.br/news/entenda-as-diferencas-entre-refugio-e-asilo>>. Acesso em 12 de outubro de 2018.

FILGUEIRAS, Isabel. *Os percalços de quem deixou a Venezuela e se refugia no Brasil*. O POVO. Disponível em: <<https://www.opovo.com.br/jornal/politica/2018/03/os-percalcos-de-quem-deixou-a-venezuela-e-se-refugia-no-brasil.html>>. Acesso em 22 de outubro de 2018.

GALLOTTI, P. H. K. *O estatuto do estrangeiro e a lei de migrações: entre a doutrina da segurança nacional e o desenvolvimento humano*. Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2016. Disponível em: <<https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/42884/R%20-%20D%20-%20PEDRO%20HENRIQUE%20GALLOTTI%20KENICKE.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 12 de outubro de 2018.

Guerra Fria. In: *WIKIPÉDIA: a enciclopédia livre*. Flórida: Wikimedia Foundation, 2018. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Guerra_Fria>. Acesso em: 12 de outubro de 2018.

GUERRA, Sidney. *Alguns aspectos sobre a situação jurídica do não nacional no Brasil: Da Lei do Estrangeiro à Nova Lei de Migração*. *Direito em Debate*. Revista do Departamento de Ciências Jurídicas e Sociais da UNIJUÍ. v.47, p. 90-112. jan./jun. 2017. Disponível em <<https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/revistadireitoemdebate/article/download/7105/5453>>. Acesso em: 12 de outubro de 2018.

OLIVEIRA, Antônio Tadeu Ribeiro de. *Nova lei brasileira de migração: avanços, desafios e ameaças*. *Rev. bras. estud. popul.*, São Paulo, v. 34, n. 1, p. 171-179, Apr. 2017. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.20947/S0102-3098a0010>>. Acesso em 22 de outubro de 2018.

ONU. *ONU elogia decisão de reabrir fronteira do Brasil a venezuelanos*. Disponível em: <<https://news.un.org/pt/story/2018/08/1633652>>. Acesso em: 05 de novembro de 2018.

PORTELA, P. H. G. *Direito Internacional Público e Privado: Incluindo noções de Direitos Humanos e Direito Comunitário*. 10. ed. rev., atual. e ampl. Salvador: JusPODIVM, 2018. 1.232 p.

Refugiados. UNCHR. Disponível em <<http://www.acnur.org/portugues/quem-ajudamos/refugiados/>>. Acesso em 12 de outubro de 2018.

Segunda Guerra Mundial. In: *WIKIPÉDIA: a enciclopédia livre*. Flórida: Wikimedia Foundation, 2018. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Segunda_Guerra_Mundial>. Acesso em: 12 de outubro de 2018.

SOARES, A. *Número de venezuelanos à procura de asilo aumenta 2.000% desde 2014, diz Acnur*. 2018. Disponível em: <<https://news.un.org/pt/story/2018/03/1614062>>. Acesso em: 05 de novembro de 2018.

SOUZA, A.; DE CAMPOS PINHEIRO DA SILVEIRA, M. *O fluxo migratório de venezuelanos para o Brasil (2014-2018)*. Cadernos PROLAM/USP, v. 17, n. 32, p. 114-132, 28 ago. 2018.

VASCONCELOS, Heloisa. *Entenda a crise na Venezuela que provocou forte onda migratória ao Brasil*. O POVO. Disponível em: <<https://www.opovo.com.br/noticias/mundo/2018/03/entenda-a-crise-na-venezuela-que-provocou-onda-migratoria-ao-brasil.html>>. Acesso em 22 de outubro de 2018.

ANEXOS



MIGRACIONES

Ley 25.871

Política Migratoria Argentina. Derechos y obligaciones de los extranjeros. Atribuciones del Estado. Admisión de extranjeros a la República Argentina y sus excepciones. Ingreso y egreso de personas. Obligaciones de los medios de transporte internacional. Permanencia de los extranjeros. Legalidad e ilegalidad de la permanencia. Régimen de los recursos. Competencia. Tasas. Argentinos en el exterior. Autoridad de aplicación. Disposiciones complementarias y transitorias.

Sancionada: Diciembre 17 de 2003.

Promulgada de Hecho: Enero 20 de 2004.

El Senado y Cámara de Diputados de la Nación Argentina reunidos en Congreso, etc. sancionan con fuerza de Ley:

LEY DE MIGRACIONES

TITULO PRELIMINAR

POLITICA MIGRATORIA ARGENTINA

CAPITULO I

AMBITO DE APLICACION

ARTICULO 1° — La admisión, el ingreso, la permanencia y el egreso de personas se rigen por las disposiciones de la presente ley y su reglamentación.

ARTICULO 2° — A los fines de la presente ley se entiende por "inmigrante" todo aquel extranjero que desee ingresar, transitar, residir o establecerse definitiva, temporaria o transitoriamente en el país conforme a la legislación vigente.

CAPITULO II

PRINCIPIOS GENERALES

ARTICULO 3° — Son objetivos de la presente ley:

- a) Fijar las líneas políticas fundamentales y sentar las bases estratégicas en materia migratoria, y dar cumplimiento a los compromisos internacionales de la República en materia de derechos humanos, integración y movilidad de los migrantes;
- b) Contribuir al logro de las políticas demográficas que establezca el Gobierno Nacional con respecto a la magnitud, tasa de crecimiento y distribución geográfica de la población del país;
- c) Contribuir al enriquecimiento y fortalecimiento del tejido cultural y social del país;
- d) Garantizar el ejercicio del derecho a la reunificación familiar;
- e) Promover la integración en la sociedad argentina de las personas que hayan sido admitidas como residentes permanentes;
- f) Asegurar a toda persona que solicite ser admitida en la República Argentina de manera permanente o temporaria, el goce de criterios y procedimientos de admisión no discriminatorios en términos de los derechos y garantías establecidos por la Constitución Nacional, los tratados internacionales, los convenios bilaterales vigentes y las leyes;
- g) Promover y difundir las obligaciones, derechos y garantías de los migrantes, conforme a lo establecido en la Constitución Nacional, los compromisos internacionales y las leyes, manteniendo en alto su tradición humanitaria y abierta con relación a los migrantes y sus familias;
- h) Promover la inserción e integración laboral de los inmigrantes que residan en forma legal para el mejor aprovechamiento de sus capacidades personales y laborales a fin de contribuir al desarrollo económico y social de país;
- i) Facilitar la entrada de visitantes a la República Argentina para los propósitos de impulsar el comercio, el turismo, las actividades culturales, científicas, tecnológicas y las relaciones internacionales;
- j) Promover el orden internacional y la justicia, denegando el ingreso y/o la permanencia en el territorio argentino a personas involucradas en actos reprimidos penalmente por nuestra legislación;
- k) Promover el intercambio de información en el ámbito internacional, y la asistencia técnica y capacitación de los recursos humanos, para prevenir y combatir eficazmente a la delincuencia organizada transnacional.

TITULO I

DE LOS DERECHOS Y OBLIGACIONES DE LOS EXTRANJEROS

CAPITULO I

DE LOS DERECHOS Y LIBERTADES DE LOS EXTRANJEROS

ARTICULO 4° — El derecho a la migración es esencial e inalienable de la persona y la República Argentina lo garantiza sobre la base de los principios de igualdad y universalidad.

ARTICULO 5° — El Estado asegurará las condiciones que garanticen una efectiva igualdad de trato a fin de que los extranjeros puedan gozar de sus derechos y cumplir con sus obligaciones, siempre que satisfagan las condiciones

establecidas para su ingreso y permanencia, de acuerdo a las leyes vigentes.

ARTICULO 6° — El Estado en todas sus jurisdicciones, asegurará el acceso igualitario a los inmigrantes y sus familias en las mismas condiciones de protección, amparo y derechos de los que gozan los nacionales, en particular lo referido a servicios sociales, bienes públicos, salud, educación, justicia, trabajo, empleo y seguridad social.

ARTICULO 7° — En ningún caso la irregularidad migratoria de un extranjero impedirá su admisión como alumno en un establecimiento educativo, ya sea este público o privado; nacional, provincial o municipal; primario, secundario, terciario o universitario. Las autoridades de los establecimientos educativos deberán brindar orientación y asesoramiento respecto de los trámites correspondientes a los efectos de subsanar la irregularidad migratoria.

ARTICULO 8° — No podrá negársele o restringírsele en ningún caso, el acceso al derecho a la salud, la asistencia social o atención sanitaria a todos los extranjeros que lo requieran, cualquiera sea su situación migratoria. Las autoridades de los establecimientos sanitarios deberán brindar orientación y asesoramiento respecto de los trámites correspondientes a los efectos de subsanar la irregularidad migratoria.

ARTICULO 9° — Los migrantes y sus familiares tendrán derecho a que el Estado les proporcione información acerca de:

- a) Sus derechos y obligaciones con arreglo a la legislación vigente;
- b) Los requisitos establecidos para su admisión, permanencia y egreso;
- c) Cualquier otra cuestión que le permita o facilite cumplir formalidades administrativas o de otra índole en la República Argentina.

La autoridad de aplicación adoptará todas las medidas que considere apropiadas para difundir la información mencionada y, en el caso de los trabajadores migrantes y sus familias, velará asimismo porque sea suministrada por empleadores, sindicatos u otros órganos o instituciones. La información requerida será brindada gratuitamente a los extranjeros que la soliciten y, en la medida de lo posible, en un idioma que puedan entender.

ARTICULO 10. — El Estado garantizará el derecho de reunificación familiar de los inmigrantes con sus padres, cónyuges, hijos solteros menores o hijos mayores con capacidades diferentes.

(Nota Infoleg: por art. 1° de la [Disposición N° 4880/2015](#) de la Dirección Nacional de Migraciones B.O. 13/10/2015 se reconoce, con análogos efectos jurídicos al matrimonio, a los fines de su admisión, en los términos de los artículos 22 de la Ley N° 25.871, 22 incisos a) y b) y 23, última parte del Decreto N° 616/10, y de su inclusión en los supuestos de excepción previstos por los artículos 29, 62 y 10 de la Ley N° 25.871; a los extranjeros que acrediten unión convivencial, con nacional argentino o con ciudadano extranjero radicado permanente o temporario en el país, inscripta en el registro que corresponda a la jurisdicción local. Vigencia: a partir del 1° de octubre de 2015, texto según art. 1° de la [Disposición N° 6206/2017](#) de la Dirección Nacional de Migraciones B.O. 14/11/2017)

ARTICULO 11. — La República Argentina facilitará, de conformidad con la legislación nacional y provincial en la materia, la consulta o participación de los extranjeros en las decisiones relativas a la vida pública y a la administración de las comunidades locales donde residan.

ARTICULO 12. — El Estado cumplimentará todo lo establecido en las convenciones internacionales y todas otras que establezcan derechos y obligaciones de los migrantes, que hubiesen sido debidamente ratificadas.

ARTICULO 13. — A los efectos de la presente ley se considerarán discriminatorios todos los actos u omisiones determinados por motivos tales como etnia, religión, nacionalidad, ideología, opinión política o gremial, sexo, género, posición económica o caracteres físicos, que arbitrariamente impidan, obstruyan, restrinjan o de algún modo menoscaben el pleno ejercicio sobre bases igualitarias de los derechos y garantías fundamentales reconocidos en la Constitución Nacional, los Tratados Internacionales y las leyes.

ARTICULO 14. — El Estado en todas sus jurisdicciones, ya sea nacional, provincial o municipal, favorecerá las iniciativas tendientes a la integración de los extranjeros en su comunidad de residencia, especialmente las tendientes a:

- a) La realización de cursos de idioma castellano en las escuelas e instituciones culturales extranjeras legalmente reconocidas;
- b) La difusión de información útil para la adecuada inserción de los extranjeros en la sociedad argentina, en particular aquella relativa a sus derechos y obligaciones;
- c) Al conocimiento y la valoración de las expresiones culturales, recreativas, sociales, económicas y religiosas de los inmigrantes;
- d) La organización de cursos de formación, inspirados en criterios de convivencia en una sociedad multicultural y de prevención de comportamientos discriminatorios, destinados a los funcionarios y empleados públicos y de entes privados.

ARTICULO 15. — Los extranjeros que sean admitidos en el país como "residentes permanentes" podrán introducir sus efectos personales, artículos para su hogar y automóvil, libres del pago de impuestos, recargos, tasas de importación y contribuciones de cualquier naturaleza, con los alcances y hasta el monto que determine el Poder Ejecutivo.

ARTICULO 16. — La adopción por el Estado de todas las medidas necesarias y efectivas para eliminar la contratación laboral en el territorio nacional de inmigrantes en situación irregular, incluyendo la imposición de sanciones a los empleadores, no menoscabará los derechos de los trabajadores inmigrantes frente a sus empleadores en relación con su empleo.

ARTICULO 17. — El Estado proveerá lo conducente a la adopción e implementación de medidas tendientes a regularizar la situación migratoria de los extranjeros.

CAPITULO II

DE LAS OBLIGACIONES DE LOS INMIGRANTES Y ATRIBUCIONES DEL ESTADO

ARTICULO 18. — Sin perjuicio de los derechos enumerados en la presente ley, los migrantes deberán cumplir con las obligaciones enunciadas en la Constitución Nacional, los Tratados Internacionales adheridos y las leyes vigentes.

ARTICULO 19. — Respecto de cualquier extranjero, la República Argentina podrá orientarlo con respecto a:

- a) El acceso a categorías limitadas de empleo, funciones, servicios o actividades, cuando ello sea necesario en beneficio del Estado;
- b) La elección de una actividad remunerada de conformidad con la legislación relativa a las condiciones de reconocimiento de calificaciones profesionales adheridas fuera del territorio;
- c) Las condiciones por las cuales, habiendo sido admitido para ejercer un empleo, pueda luego ser autorizado a realizar trabajos por cuenta propia, teniendo en consideración el período de residencia legal en el país y las demás condiciones establecidas en la reglamentación.

TITULO II

DE LA ADMISION DE EXTRANJEROS A LA REPUBLICA ARGENTINA Y SUS EXCEPCIONES

CAPITULO I

DE LAS CATEGORÍAS, REQUISITOS Y PLAZOS DE ADMISIÓN

(Denominación del Capítulo sustituido por art. 1º del [Decreto Nº 70/2017](#) B.O. 30/01/2017. Vigencia: a partir del día siguiente al de su publicación en el Boletín Oficial)

ARTICULO 20. — Los extranjeros serán admitidos para ingresar y permanecer en el país en las categorías de "residentes permanentes", "residentes temporarios", o "residentes transitorios".

Hasta tanto se formalice el trámite correspondiente, la Autoridad de Aplicación podrá conceder una autorización de "residencia precaria", que será revocable por la misma, cuando se desnaturalicen los motivos que se tuvieron en cuenta para su otorgamiento. Su validez será de hasta NOVENTA (90) días corridos, pudiendo ser renovables hasta la resolución de la admisión solicitada, y habilitará a sus titulares para permanecer, salir y reingresar al territorio nacional, trabajar y estudiar durante su período de vigencia.

La extensión y renovación de la residencia precaria no genera derecho a una resolución favorable respecto de la admisión solicitada, ni resulta residencia válida a los efectos del arraigo, necesario para la obtención de la residencia permanente, o para la adquisición de la nacionalidad por naturalización.

Podrá otorgarse a pedido del interesado, autorización de residencia precaria, a los extranjeros sobre los cuales, por disposición judicial, recayera un impedimento de hacer abandono del país, o a aquéllos sobre quienes dicha autoridad hubiera manifestado su interés en su permanencia en la República.

(Artículo sustituido por art. 2º del [Decreto Nº 70/2017](#) B.O. 30/01/2017. Vigencia: a partir del día siguiente al de su publicación en el Boletín Oficial)

ARTÍCULO 20 bis.- En caso de interposición de recursos administrativos o judiciales contra medidas de declaración de irregularidad, la autoridad de aplicación podrá otorgar un "permiso de permanencia transitoria", que será revocable por la misma cuando se desnaturalicen los motivos que se tuvieron en cuenta para su otorgamiento.

Su validez será de hasta NOVENTA (90) días corridos, pudiendo ser renovables hasta la resolución de los recursos interpuestos, y habilitará a su titular para permanecer en el territorio nacional, estudiar y trabajar en los plazos y términos que la DIRECCIÓN NACIONAL DE MIGRACIONES establezca durante su período de vigencia.

El "permiso de permanencia transitoria" en ningún caso habilitará el reingreso de su titular a la REPÚBLICA ARGENTINA.

(Artículo incorporado por art. 3º del [Decreto Nº 70/2017](#) B.O. 30/01/2017. Vigencia: a partir del día siguiente al de su publicación en el Boletín Oficial)

ARTICULO 21. — Las solicitudes de ingreso al país que se peticionen en el territorio nacional o en el extranjero, deberán formalizarse en las condiciones de la presente ley.

ARTICULO 22. — Se considerará "residente permanente" a todo extranjero que, con el propósito de establecerse definitivamente en el país, obtenga de la Dirección Nacional de Migraciones una admisión en tal carácter. Asimismo, se considerarán residentes permanentes los inmigrantes parientes de ciudadanos argentinos, nativos o por opción, entendiéndose como tales al cónyuge, hijos y padres.

A los hijos de argentinos nativos o por opción que nacieren en el extranjero se les reconoce la condición de residentes permanentes. Las autoridades permitirán su libre ingreso y permanencia en el territorio.

(Nota Infoleg: por art. 1º de la [Disposición Nº 4880/2015](#) de la Dirección Nacional de Migraciones B.O. 13/10/2015 se reconoce, con análogos efectos jurídicos al matrimonio, a los fines de su admisión, en los términos de los artículos 22 de la Ley Nº 25.871, 22 incisos a) y b) y 23, última parte del Decreto Nº 616/10, y de su inclusión en los supuestos de excepción previstos por los artículos 29, 62 y 10 de la Ley Nº 25.871; a los extranjeros que acrediten unión convivencial, con nacional argentino o con ciudadano extranjero radicado permanente o temporario en el país, inscripta en el registro que corresponda a la jurisdicción local. Vigencia: a partir del 1º de octubre de 2015, texto según art. 1º de la [Disposición Nº 6206/2017](#) de la Dirección Nacional de Migraciones B.O. 14/11/2017)

ARTICULO 23. — Se considerarán "residentes temporarios" todos aquellos extranjeros que, bajo las condiciones que establezca la reglamentación, ingresen al país en las siguientes subcategorías:

- a) Trabajador migrante: quien ingrese al país para dedicarse al ejercicio de alguna actividad lícita, remunerada, con autorización para permanecer en el país por un máximo de tres (3) años, prorrogables, con entradas y salidas múltiples, con permiso para trabajar bajo relación de dependencia;
- b) Rentista: quien solvente su estadía en el país con recursos propios traídos desde el exterior, de las rentas que éstos produzcan o de cualquier otro ingreso lícito proveniente de fuentes externas. Podrá concederse un término de residencia de hasta tres (3) años, prorrogables, con entradas y salidas múltiples;
- c) Pensionado: quien perciba de un gobierno o de organismos internacionales o de empresas particulares por servicios prestados en el exterior, una pensión cuyo monto le permita un ingreso pecuniario regular y permanente en el país. Podrá concederse un término de residencia de hasta tres (3) años, prorrogables, con entradas y salidas múltiples;

d) Inversionista: quien aporte sus propios bienes para realizar actividades de interés para el país. Podrá concederse un término de residencia de hasta tres (3) años, prorrogables, con entradas y salidas múltiples;

e) Científicos y personal especializado: quienes se dediquen a actividades científicas, de investigación, técnicas, o de asesoría, contratados por entidades públicas o privadas para efectuar trabajos de su especialidad. De igual forma, directivos, técnicos y personal administrativo de entidades públicas o privadas extranjeras de carácter comercial o industrial, trasladados desde el exterior para cubrir cargos específicos en sus empresas y que devenguen honorarios o salarios en la República Argentina. Podrá concederse un término de residencia de hasta tres (3) años, prorrogables, con entradas y salidas múltiples;

f) Deportistas y artistas: contratados en razón de su especialidad por personas físicas o jurídicas que desarrollan actividades en el país. Podrá concederse un término de residencia de hasta tres (3) años, prorrogables, con entradas y salidas múltiples;

g) Religiosos de cultos reconocidos oficialmente, con personería jurídica expedida por el Ministerio de Relaciones Exteriores, Comercio Internacional y Culto, que ingresen al país para desarrollar en forma exclusiva actividades propias de su culto. Podrá concederse un término de residencia de hasta tres (3) años, prorrogables, con entradas y salidas múltiples;

h) Pacientes bajo tratamientos médicos: para atender problemas de salud en establecimientos sanitarios públicos o privados, con autorización para permanecer en el país por un año, prorrogable, con entradas y salidas múltiples. En caso de personas menores de edad, discapacitados o enfermos que por la importancia de su patología debieran permanecer con acompañantes, esta autorización se hará extensiva a los familiares directos, representante legal o curador;

i) Académicos: para quienes ingresen al país en virtud de acuerdos académicos celebrados entre instituciones de educación superior en áreas especializadas, bajo la responsabilidad del centro superior contratante. Su vigencia será por el término de hasta un (1) año, prorrogable por idéntico período cada uno, con autorización de entradas y salidas múltiples;

j) Estudiantes: quienes ingresen al país para cursar estudios secundarios, terciarios, universitarios o especializados reconocidos, como alumnos regulares en establecimientos educativos públicos o privados reconocidos oficialmente, con autorización para permanecer en el país por dos (2) años, prorrogables, con entradas y salidas múltiples. El interesado deberá demostrar la inscripción en la institución educativa en la que cursará sus estudios y, para las sucesivas renovaciones, certificación de su condición de estudiante regular;

k) Asilados y refugiados: Aquellos que fueren reconocidos como refugiados o asilados se les concederá autorización para residir en el país por el término de dos (2) años, prorrogables cuantas veces la autoridad de aplicación en materia de asilo y refugio lo estime necesario, atendiendo a las circunstancias que determine la legislación vigente en la materia;

l) Nacionalidad: Ciudadanos nativos de Estados Parte del MERCOSUR, Chile y Bolivia, con autorización para permanecer en el país por dos (2) años, prorrogables con entradas y salidas múltiples; (**Nota Infoleg:** Por art. 1° de la [Disposición N° 29.929/2004](#) de la Dirección Nacional de Migraciones B.O. 21/9/2004 se considera que el detalle de países incluidos en el presente inciso es meramente enunciativo, debiendo considerarse incluidos a todos los Estados Parte y Asociados del MERCADO COMUN DEL SUR (MERCOSUR).).

m) Razones Humanitarias: Extranjeros que invoquen razones humanitarias que justifiquen a juicio de la Dirección Nacional de Migraciones un tratamiento especial;

n) Especiales: Quienes ingresen al país por razones no contempladas en los incisos anteriores y que sean consideradas de interés por el Ministerio del Interior y el Ministerio de Relaciones Exteriores, Comercio Internacional y Culto.

ARTICULO 24. — Los extranjeros que ingresen al país como "residentes transitorios" podrán ser admitidos en algunas de las siguientes subcategorías:

a) Turistas;

b) Pasajeros en tránsito;

c) Tránsito vecinal fronterizo;

d) Tripulantes del transporte internacional;

e) Trabajadores migrantes estacionales;

f) Académicos;

g) Tratamiento Médico;

h) Especiales: Extranjeros que invoquen razones que justifiquen a juicio de la Dirección Nacional de Migraciones un tratamiento especial.

ARTICULO 25. — Los extranjeros admitidos en el país como "residentes temporarios" o "residentes transitorios" podrán permanecer en el territorio nacional durante el plazo de permanencia autorizado, con sus debidas prórrogas, debiendo abandonar el mismo al expirar dicho plazo.

ARTICULO 26. — El procedimiento, requisitos y condiciones para ingresar al país, según las categorías y subcategorías mencionadas, serán fijados en el Reglamento de Migraciones.

Si por responsabilidad del organismo interviniente, los trámites demoraran más de lo estipulado, la Dirección Nacional de Migraciones deberá tomar todos los recaudos pertinentes a fin de evitar que los extranjeros, a la espera de la regularización de su residencia en el país, tengan inconvenientes derivados de tal demora.

ARTICULO 27. — Quedan excluidos del ámbito de aplicación de esta ley, a condición de reciprocidad, los extranjeros que fueren:

a) Agentes diplomáticos y los funcionarios consulares acreditados en la República, así como los demás miembros de las Misiones diplomáticas permanentes o especiales y de las oficinas consulares y sus familiares que, en virtud de las normas del Derecho Internacional, estén exentos de las obligaciones relativas a la obtención de una categoría migratoria de admisión;

b) Representantes y delegados, así como los demás miembros y sus familiares de las Misiones permanentes o de las

Delegaciones ante los Organismos Intergubernamentales con sede en la República o en Conferencias Internacionales que se celebren en ella;

c) Funcionarios destinados en Organizaciones Internacionales o Intergubernamentales con sede en la República, así como sus familiares, a quienes los Tratados en los que la República sea parte eximan de la obligación de visación consular;

d) Titulares de visas argentinas diplomáticas, oficiales o de cortesía.

De no mediar Convenio o Tratado celebrado por la República, la admisión, ingreso, permanencia y egreso de los extranjeros contemplados en el presente artículo se regirán por las disposiciones que al efecto establezca el Poder Ejecutivo nacional.

En los casos previstos en el presente artículo la Dirección Nacional de Migraciones se limitará al contralor de la documentación en el momento del ingreso o del egreso, dejando constancia en la misma del carácter del ingreso; de la fecha del egreso y del plazo de permanencia en la República.

ARTICULO 28. — Los extranjeros incluidos en Acuerdos o Convenios de Migraciones suscriptos por la República Argentina se regirán por lo dispuesto en los mismos y por esta ley, en el supuesto más favorable para la persona migrante. El principio de igualdad de trato no se considerará afectado por la posibilidad que tiene el Estado, conforme a los procedimientos establecidos en la Constitución y las leyes, de firmar acuerdos bilaterales de alcance general y parcial, que permitan atender fenómenos específicos, como el de la migración laboral fronteriza, ni por la posibilidad de establecer esquemas diferenciados de tratamiento entre los países que con la Argentina forman parte de una región respecto de aquellos países que resulten terceros dentro del proceso de regionalización, priorizando las medidas necesarias para el logro del objetivo final de la libre circulación de personas en el MERCOSUR.

CAPITULO II

DE LOS IMPEDIMENTOS

ARTICULO 29. — Serán causas impeditivas del ingreso y permanencia de extranjeros en territorio nacional:

a) La presentación ante la autoridad de documentación nacional o extranjera material o ideológicamente falsa o adulterada, o la omisión de informar sobre la existencia de antecedentes penales, condenas y/o requerimientos judiciales o de fuerzas de seguridad. El hecho será sancionado con una prohibición de reingreso por un lapso mínimo de CINCO (5) años;

b) Tener prohibido el ingreso, haber sido objeto de medidas de expulsión o de prohibición de reingreso, hasta tanto las mismas hayan sido revocadas o se hubiese cumplido el plazo impuesto al efecto;

c) Haber sido condenado o estar cumpliendo condena, o tener antecedentes o condena no firme en la REPÚBLICA ARGENTINA o en el exterior, por delitos que merezcan según las leyes argentinas penas privativas de libertad;

d) Haber sido condenado o estar cumpliendo condena, o tener antecedentes o condena no firme, en la REPÚBLICA ARGENTINA o en el exterior, respecto de delitos de tráfico de armas, de personas, de estupefacientes, de órganos o tejidos, o por lavado de dinero o inversiones en actividades ilícitas;

e) Haber incurrido o participado en actos de gobierno o de otro tipo, que constituyan genocidio, crímenes de guerra, actos de terrorismo o delitos de lesa humanidad y de todo otro acto susceptible de ser juzgado por la Corte Penal Internacional;

f) Tener antecedentes o haber incurrido o haber participado en actividades terroristas o pertenecer a organizaciones nacional o internacionalmente reconocidas como imputadas de acciones susceptibles de ser juzgadas por la Corte Penal Internacional o por la Ley N° 23.077 de Defensa de la Democracia;

g) Haber sido condenado en la REPÚBLICA ARGENTINA o haber incurrido o participado en la promoción o facilitación, con fines de lucro, en el ingreso o la permanencia o en el egreso ilegal de extranjeros en el territorio nacional;

h) Haber sido condenado en la REPÚBLICA ARGENTINA o tener antecedentes por haber presentado documentación material o ideológicamente falsa, para obtener para sí o para un tercero un beneficio migratorio;

i) Promover la prostitución; lucrar con ello; haber sido condenado o haber incurrido o participado, en la REPÚBLICA ARGENTINA o en el exterior en la promoción de la prostitución, por lucrar con ello o por desarrollar actividades relacionadas con el tráfico o la explotación sexual de personas;

j) Haber sido condenado o tener antecedentes, en la REPÚBLICA ARGENTINA y/o en el exterior, respecto de delitos de corrupción conforme las conductas descriptas en el Título XI del Libro Segundo, Capítulos IV, VI, VII, VIII, IX, IX bis y X del Código Penal de la Nación Argentina.

k) Intentar ingresar o haber ingresado al territorio nacional eludiendo los controles migratorios, o por lugar o en horario no habilitados al efecto;

l) La constatación de la existencia de alguno de los impedimentos de radicación establecidos en la presente Ley;

m) El incumplimiento de los requisitos exigidos por la presente Ley.

En el caso del inciso a) se deberá notificar a la autoridad judicial competente. El Gobierno Federal se reserva la facultad de juzgar a la persona en la REPÚBLICA ARGENTINA cuando el hecho pueda relacionarse con cuestiones relativas a la seguridad del Estado, a la cooperación internacional o resulte posible vincular a la misma o a los hechos que se le imputen con otras investigaciones sustanciadas en el territorio nacional.

A los efectos de los incisos c), d), h) y j), entiéndase por antecedentes a todo auto de procesamiento firme, cierre de la investigación preparatoria o acto procesal equiparable. El PODER JUDICIAL y el MINISTERIO PÚBLICO FISCAL deberán notificar a la DIRECCIÓN NACIONAL DE MIGRACIONES de todo auto de procesamiento firme, cierre de la investigación preparatoria o acto procesal equiparable y de toda condena por delito penal dictada contra un extranjero en el plazo de CINCO (5) días hábiles de producido. El incumplimiento será considerado falta grave en los términos del artículo 14, inciso "A", apartado 7), de la Ley N° 24.937 (T.O. 1999) y sus modificatorias.

Excepcionalmente, la DIRECCIÓN NACIONAL DE MIGRACIONES podrá admitir en el país, únicamente por razones humanitarias, de reunificación familiar o de auxilio eficaz a la justicia en las condiciones del último párrafo del presente artículo, en las categorías de residentes permanentes o temporarios, a los extranjeros comprendidos en los incisos a), k) y

m), y a los comprendidos en el inciso c) en caso de que el delito doloso merezca en la legislación nacional pena privativa de la libertad cuyo monto máximo no exceda de TRES (3) años de prisión, o sea de carácter culposo. Fuera de los supuestos expresamente regulados no podrá hacerse lugar al trámite excepcional de dispensa.

Cuando en los términos del párrafo precedente se invoque el derecho a la reunificación familiar, deberá acreditarse la convivencia del grupo familiar. A dichos fines no se considerará al extranjero de quien se comprobare se hubiera desinteresado afectiva o económicamente de la persona cuyo vínculo familiar invoque.

La admisión o permanencia excepcional también podrá ser concedida a los extranjeros que brinden en sede judicial información o datos precisos, comprobables y verosímiles vinculados a la comisión de alguno de los delitos contra el orden migratorio de los cuales hubiera tomado conocimiento en calidad de sujeto pasivo. Para la procedencia de esta dispensa será necesario que los datos o información aportada contribuyan a evitar o impedir el comienzo, la ejecución o consumación de un delito; a esclarecer el hecho objeto de investigación u otros conexos; a revelar la identidad o el paradero de autores, coautores, instigadores o partícipes de estos hechos o de otros conexos; a proporcionar datos suficientes que permitan un significativo avance de la investigación; o a averiguar el destino de los instrumentos, bienes, efectos, productos o ganancias del delito.

(Artículo sustituido por art. 4º del [Decreto N° 70/2017](#) B.O. 30/01/2017. Vigencia: a partir del día siguiente al de su publicación en el Boletín Oficial)

(Nota Infoleg: por art. 1º de la [Disposición N° 4880/2015](#) de la Dirección Nacional de Migraciones B.O. 13/10/2015 se reconoce, con análogos efectos jurídicos al matrimonio, a los fines de su admisión, en los términos de los artículos 22 de la Ley N° 25.871, 22 incisos a) y b) y 23, última parte del Decreto N° 616/10, y de su inclusión en los supuestos de excepción previstos por los artículos 29, 62 y 10 de la Ley N° 25.871; a los extranjeros que acrediten unión convivencial, con nacional argentino o con ciudadano extranjero radicado permanente o temporario en el país, inscripta en el registro que corresponda a la jurisdicción local. Vigencia: a partir del 1º de octubre de 2015, texto según art. 1º de la [Disposición N° 6206/2017](#) de la Dirección Nacional de Migraciones B.O. 14/11/2017)

CAPITULO III

DE LOS DOCUMENTOS

ARTICULO 30. — Podrán obtener el Documento Nacional de Identidad, los extranjeros con residencia permanente o temporaria.

ARTICULO 31. — Los solicitantes de refugio o asilo, con autorización de residencia precaria, podrán obtener su Documento Nacional de Identidad una vez reconocidos como "refugiados" o "asilados" por la autoridad competente.

ARTICULO 32. — Cuando se trate de extranjeros autorizados en calidad de "residentes temporarios" el Documento Nacional de Identidad se expedirá por el mismo plazo que corresponda a la subcategoría migratoria otorgada, renovable conforme a las prórrogas que se autoricen.

ARTICULO 33. — En los casos precedentes, en el documento identificatorio a otorgarse, deberá dejarse expresa y visible constancia de:

- a) La nacionalidad del titular;
- b) El carácter permanente o temporario de la residencia en el país;
- c) Actuación en la que se otorgó el beneficio y número de resolución;
- d) Plazo de la residencia autorizada y vencimiento.

TITULO III

DEL INGRESO Y EGRESO DE PERSONAS

CAPITULO I

DEL INGRESO Y EGRESO

ARTICULO 34. — El ingreso y egreso de personas al territorio nacional se realizará exclusivamente por los lugares habilitados por la Dirección Nacional de Migraciones, sean éstos terrestres, fluviales, marítimos o aéreos, oportunidad y lugar en que serán sometidos al respectivo control migratorio.

Se podrá autorizar la entrada al país de los extranjeros que no reúnan los requisitos establecidos en la ley y su reglamentación, cuando existan razones excepcionales de índole humanitaria, interés público o cumplimiento de compromisos adquiridos por la Argentina.

ARTICULO 35. — En el supuesto de arribar una persona al territorio de la República con un documento extranjero destinado a acreditar su identidad que no cumpliera las condiciones previstas en la legislación vigente, y en tanto no se trate de un reingreso motivado por un rechazo de un tercer país, se procederá al inmediato rechazo en frontera impidiéndosele el ingreso al territorio nacional.

Aquellos rechazos que se produjeran motivados en la presentación de documentación material o ideológicamente falsa o que contengan atestaciones apócrifas implicarán una prohibición de reingreso de cinco (5) años.

Sin perjuicio de los procedimientos previstos en el presente artículo, el Gobierno Nacional se reserva la facultad de denunciar el hecho ante la Justicia Federal cuando se encuentren en juego cuestiones relativas a la seguridad del Estado, a la cooperación internacional, o resulte posible vincular al mismo o a los hechos que se le imputen, con otras investigaciones sustanciadas en el territorio nacional.

Cuando existiera sospecha fundada que la real intención que motiva el ingreso difiere de la manifestada al momento de obtener la visa o presentarse ante el control migratorio; y hasta tanto se corrobore la misma, no se autorizará su ingreso al territorio argentino y deberá permanecer en las instalaciones del punto de ingreso. Si resultare necesario para preservar la salud e integridad física de la persona, la autoridad migratoria, reteniendo la documentación de la misma, le otorgará una autorización provisoria de permanencia que no implicará ingreso legal a la República Argentina.

Asimismo se comunicará a la empresa transportadora que se mantiene vigente su obligación de reconducción hasta tanto

la autorización provisoria de permanencia sea transformada en ingreso legal.

Si tras la corroboración se confirmara el hecho se procederá a la inmediata cancelación de la autorización provisoria de permanencia y al rechazo del extranjero.

Las decisiones adoptadas en virtud de las previsiones contenidas en los párrafos primero y segundo del presente artículo sólo resultarán recurribles desde el exterior, mediante presentación efectuada por el extranjero ante las delegaciones diplomáticas argentinas o las oficinas en el extranjero de la Dirección Nacional de Migraciones, desde donde se harán llegar a la sede central de la Dirección Nacional de Migraciones. El plazo para presentar el recurso será de quince (15) días a contar del momento del rechazo.

ARTICULO 36. — La autoridad migratoria podrá impedir la salida del país a toda persona que no se encuentre en posesión de la documentación necesaria, conforme a lo dispuesto por esta ley y su reglamentación.

ARTICULO 37. — El extranjero que ingrese a la República por lugar no habilitado a tal efecto, o eludiendo cualquier forma de contralor migratorio, será pasible de expulsión en los términos y condiciones de la presente ley.

CAPITULO II

DE LAS OBLIGACIONES DE LOS MEDIOS DE TRANSPORTE INTERNACIONAL

ARTICULO 38. — El capitán, comandante, armador, propietario, encargado o responsable de todo medio de transporte de personas, para o desde la República, ya sea marítimo, fluvial, aéreo o terrestre, y las compañías, empresas o agencias propietarias, explotadoras o consignatarias de un medio de transporte serán responsables solidariamente de la conducción y transporte de pasajeros y tripulantes en condiciones reglamentarias.

ARTICULO 39. — De igual forma y modo, los mencionados en el artículo anterior, serán responsables por el cuidado y custodia de los pasajeros y tripulantes, hasta que hayan pasado el examen de contralor migratorio y hayan ingresado en la República, o verificada la documentación al egresar.

ARTICULO 40. — Al rehusar la autoridad migratoria el ingreso de cualquier persona, el capitán, comandante, armador, propietario, encargado o responsable del medio de transporte y de las compañías, empresas o agencias, quedarán obligados a reconducirla a su país de origen o procedencia, o fuera del territorio de la República en el medio de transporte en que llegó, o en caso de imposibilidad, en otro medio dentro del plazo perentorio que se le fije, siendo a su cargo los gastos que ello ocasione.

ARTICULO 41. — El capitán, comandante, armador, propietario, encargado o responsable de un medio de transporte de personas al país, o desde el mismo o en el mismo, ya sea marítimo, fluvial, aéreo o terrestre, o la compañía, empresa o agencia propietaria, consignataria, explotadora o responsable, quedan obligados solidariamente a transportar a su cargo, en el plazo que se le fije, fuera del territorio argentino, o hasta el lugar de frontera, a todo extranjero cuya expulsión resuelva y su transporte disponga la autoridad migratoria, de conformidad con lo establecido en la presente ley.

ARTICULO 42. — Los artículos precedentes no serán de aplicación en el supuesto de extranjeros que soliciten el status de refugio o asilo en el país; en estos casos, la obligación para las personas que describen los artículos 40 y 41 se reducirá a dar cuenta de inmediato de tal situación a la autoridad con competencia en materia de refugio y asilo.

ARTICULO 43. — La obligación de transporte establecida en los artículos 40 y 41 se limitará a:

- a) Una (1) plaza por viaje, cuando la capacidad del medio de transporte no exceda de cincuenta (50) plazas en los medios internacionales aéreos, marítimos, fluviales o terrestres y en los de carácter interno, cuando la capacidad no exceda de treinta (30) plazas;
- b) Dos (2) plazas cuando la capacidad del medio de transporte fuera superior a la indicada para cada caso en el inciso a);
- c) Cuando la expulsión se motivara en fallas en la documentación de ingreso del extranjero detectadas al momento de controlar el mismo y debiera efectivizarse con custodia, la empresa de transporte utilizada para el ingreso deberá hacerse cargo de los pasajes de ida y vuelta del personal de custodia y de los viáticos que le correspondieran.

En todos los casos deberá preverse expresamente el mecanismo de intereses que correspondiere.

ARTICULO 44. — El límite dispuesto por el artículo anterior no regirá cuando las personas a transportar:

- a) Integren un grupo familiar;
- b) Deban ser transportadas por la misma compañía a la cual pertenece el medio en el que ingresaron;
- c) Sean de la nacionalidad del país de bandera o matrícula del medio en que se efectuará el transporte.

ARTICULO 45. — Las obligaciones emergentes de los artículos 40, 41, 43 y 44 serán consideradas carga pública.

ARTICULO 46. — El incumplimiento de las disposiciones previstas en el presente Título y sus reglamentaciones, será sancionado por la Dirección Nacional de Migraciones con una multa cuyo monto será de hasta el triple de la tarifa en el medio de transporte utilizado desde el punto de origen hasta el punto de destino en territorio nacional, al valor vigente al momento de la imposición de la multa. En ningún caso las multas podrán ser inferiores al equivalente a mil doscientos diecinueve (1.219) litros de gasoil al precio subsidiado para transportistas o en ausencia de éste al más bajo del mercado para consumidor particular al día de la imposición de la multa; ni superiores al equivalente a treinta mil cuatrocientos ochenta y siete (30.487) litros de gasoil al precio subsidiado para transportistas o en ausencia de éste al más bajo del mercado para consumidor particular al día de la imposición de la multa.

En caso de mora en el pago de la multa se devengarán los correspondientes intereses.

ARTICULO 47. — La sanción será aplicada solidariamente al capitán, comandante, armador, propietario, encargado o responsable del medio de transporte y a la compañía, empresa o agencia propietaria, explotadora, consignataria o responsable del mismo.

El Ministerio del Interior, a propuesta de la Dirección Nacional de Migraciones, aprobará el nomenclador regulador del monto de las multas impuestas por infracciones a las previsiones del presente título. A tal efecto se tendrán en cuenta la naturaleza de la infracción, la condición jurídica del infractor, sus antecedentes y reincidencias en las infracciones a la presente ley o su reglamentación.

La Dirección Nacional de Migraciones queda facultada a fijar la forma y modo de pago de las multas que se impongan en función de las previsiones de la presente ley.

ARTICULO 48. — En los casos de incumplimiento de las obligaciones previstas en los artículos 40, 41, 43 y 44 de la presente, la autoridad de aplicación podrá disponer la interdicción provisoria de salida del territorio nacional, espacio aéreo o aguas jurisdiccionales argentinas, del medio de transporte correspondiente.

La misma se hará efectiva por medio de la Policía Migratoria Auxiliar o la Autoridad Nacional con jurisdicción sobre el transporte.

ARTICULO 49. — Podrán imponerse cauciones reales en efectivo o documentarias a las empresas, compañías o agencias propietarias, consignatarias, explotadoras o responsables de cualquier medio de transporte, en garantía del cumplimiento de las obligaciones de reconducir o transportar que se dicten en virtud de lo dispuesto por la presente ley.

ARTICULO 50. — La autoridad de aplicación establecerá el monto de las cauciones y las modalidades, plazos y condiciones de su prestación, así como los requisitos para su cancelación, devolución o percepción.

TITULO IV

DE LA PERMANENCIA DE LOS EXTRANJEROS

CAPITULO I

DEL TRABAJO Y ALOJAMIENTO DE LOS EXTRANJEROS

ARTICULO 51. — Los extranjeros admitidos o autorizados como "residentes permanentes" podrán desarrollar toda tarea o actividad remunerada o lucrativa, por cuenta propia o en relación de dependencia, gozando de la protección de las leyes que rigen la materia. Los extranjeros admitidos o autorizados como "residentes temporarios" podrán desarrollarlas sólo durante el período de su permanencia autorizada.

ARTICULO 52. — Los extranjeros admitidos o autorizados como "residentes transitorios" no podrán realizar tareas remuneradas o lucrativas, ya sea por cuenta propia o en relación de dependencia, con excepción de los incluidos en la subcategoría de "trabajadores migrantes estacionales", o salvo que fueran expresamente autorizados por la Dirección Nacional de Migraciones de conformidad con lo dispuesto por la presente ley o en Convenios de Migraciones suscriptos por la República Argentina. Los extranjeros a los que se le hubiera autorizado una residencia precaria podrán ser habilitados para trabajar por el plazo y con las modalidades que establezca la Dirección Nacional de Migraciones.

ARTICULO 53. — Los extranjeros que residan irregularmente en el país no podrán trabajar o realizar tareas remuneradas o lucrativas, ya sea por cuenta propia o ajena, con o sin relación de dependencia.

ARTICULO 54. — Los extranjeros deberán informar domicilio en la REPÚBLICA ARGENTINA.

Se considerará domicilio constituido a todos los efectos legales y en el que serán válidas todas las notificaciones, el informado al momento del ingreso al territorio nacional, el constituido en las actas labradas en el marco de inspecciones migratorias o el denunciado en los trámites de residencia o ante el REGISTRO NACIONAL DE LAS PERSONAS.

En toda presentación efectuada ante autoridades migratorias se deberá constituir domicilio.

En todos los casos se considerará válida la notificación cursada en el último domicilio constituido.

Si no constituyese domicilio alguno, o el constituido no existiere, los actos emitidos por la DIRECCIÓN NACIONAL DE MIGRACIONES se tendrán por notificados de pleno derecho, en el término de DOS (2) días hábiles, desde el momento de su emisión, quedando los mismos disponibles en la mesa de entradas de la citada Dirección Nacional.

Queda autorizado el uso de medios electrónicos para la realización de todo trámite migratorio, así como para las notificaciones, de acuerdo con lo que establezca al efecto la Reglamentación de la presente.

Los domicilios constituidos en las respectivas actuaciones administrativas serán válidos en el proceso judicial.

(Artículo sustituido por art. 5º del [Decreto Nº 70/2017](#) B.O. 30/01/2017. Vigencia: a partir del día siguiente al de su publicación en el Boletín Oficial)

CAPITULO II

DE LAS RESPONSABILIDADES Y OBLIGACIONES DE LOS DADORES DE TRABAJO, ALOJAMIENTO Y OTROS

ARTICULO 55. — No podrá proporcionarse alojamiento a título oneroso a los extranjeros que se encuentren residiendo irregularmente en el país.

Asimismo, ninguna persona de existencia visible o ideal, pública o privada, podrá proporcionar trabajo u ocupación remunerada, con o sin relación de dependencia, a los extranjeros que residan irregularmente.

ARTICULO 56. — La aplicación de la presente ley no eximirá al empleador o dador de trabajo del cumplimiento de las obligaciones emergentes de la legislación laboral respecto del extranjero, cualquiera sea su condición migratoria; asimismo, en ningún modo se afectarán los derechos adquiridos por los extranjeros, como consecuencia de los trabajos ya realizados, cualquiera sea su condición migratoria.

ARTICULO 57. — Quien contrate o convenga con extranjeros que residan irregularmente en el país, la adquisición, venta o constitución de gravamen sobre bienes inmuebles, derechos o muebles registrables, o la constitución o integración de sociedades civiles o comerciales, deberá comunicarlo fehacientemente a la autoridad migratoria.

ARTICULO 58. — Los actos celebrados con los requisitos formales inherentes a los mismos, aún cuando no se cumplieren con la exigencia del artículo anterior, serán considerados válidos.

ARTICULO 59. — Quienes infrinjan las disposiciones establecidas en el artículo 55, primer párrafo de la presente, serán sancionados solidariamente con una multa cuyo monto ascenderá a veinte (20) Salarios Mínimo Vital y Móvil por cada extranjero al que se proporcione alojamiento a título oneroso.

Quienes infrinjan las disposiciones establecidas en el artículo 55, segundo párrafo de la presente, serán sancionados solidariamente con una multa cuyo monto ascenderá a cincuenta (50) Salarios Mínimo Vital y Móvil por cada extranjero, carente de habilitación migratoria para trabajar, al que se proporcione trabajo u ocupación remunerada.

El monto de la sanción a imponer será de cien (100) Salarios Mínimo Vital y Móvil cuando se proporcione trabajo u ocupación remunerada a extranjeros no emancipados o menores de catorce (14) años.

La reincidencia se considerará agravante de la infracción y elevará el monto de la multa impuesta hasta en un cincuenta por ciento (50%).

La Dirección Nacional de Migraciones mediando petición del infractor que acredite falta de medios suficientes podrá excepcionalmente, mediante disposición fundada, disponer para el caso concreto una disminución del monto de la multa a imponer o autorizar su pago en cuotas. A tal efecto se merituará la capacidad económica del infractor y la posible reincidencia que pudiera registrar en la materia. En ningún caso la multa que se imponga será inferior a dos (2) Salarios Mínimos Vital y Móvil.

Facúltase al Ministerio del Interior a establecer mecanismos alternativos de sanciones a las infracciones previstas en el presente Título —De las responsabilidades de los empleadores, dadores de trabajo y alojamiento—, basadas en la protección del migrante, la asistencia y acción social.

ARTICULO 60. — Las sanciones serán graduadas de acuerdo con la naturaleza de la infracción, la persona, antecedentes en la materia y en caso de reincidencia en las infracciones a la presente ley, las mismas serán acumulativas y progresivas.

TITULO V

DE LA LEGALIDAD E ILEGALIDAD DE LA PERMANENCIA

CAPITULO I

DE LA DECLARACION DE ILEGALIDAD Y CANCELACION DE LA PERMANENCIA

ARTICULO 61. — Al constatar la irregularidad de la permanencia de un extranjero en el país, y atendiendo a las circunstancias de profesión del extranjero, su parentesco con nacionales argentinos, el plazo de permanencia acreditado y demás condiciones personales y sociales, la Dirección Nacional de Migraciones deberá conminarlo a regularizar su situación en el plazo perentorio que fije para tal efecto, bajo apercibimiento de decretar su expulsión. Vencido el plazo sin que se regularice la situación, la Dirección Nacional de Migraciones decretará su expulsión con efecto suspensivo y dará intervención y actuará como parte ante el Juez o Tribunal con competencia en la materia, a efectos de la revisión de la decisión administrativa de expulsión.

ARTICULO 62. — La DIRECCIÓN NACIONAL DE MIGRACIONES podrá cancelar la residencia que hubiese otorgado, cualquiera fuese su antigüedad, categoría o causa de la admisión, y dispondrá la posterior expulsión, cuando:

- a) Con la finalidad de obtener un beneficio migratorio o la ciudadanía argentina se hubiese articulado un hecho o un acto simulado o éste hubiese sido celebrado en fraude a la ley o con vicio del consentimiento o se hubiese presentado documentación material o ideológicamente falsa o adulterada o hubiese omitido informar sobre la existencia de antecedentes penales, condenas y/o requerimientos judiciales o de fuerzas de seguridad;
- b) El residente hubiese sido condenado, en la REPÚBLICA ARGENTINA o en el exterior, aunque dicha condena no se encuentre firme, respecto de delitos de tráfico de armas, de personas, de estupefacientes, de órganos y tejidos, o por lavado de dinero o inversiones en actividades ilícitas;
- c) El residente hubiese sido condenado, en la REPÚBLICA ARGENTINA o en el exterior, aunque dicha condena no se encuentre firme, respecto de delitos distintos a los enumerados en el inciso b) y que merezcan para la legislación argentina penas privativas de la libertad;
- d) El beneficiario de una radicación permanente hubiese permanecido fuera del territorio nacional por un período superior a los DOS (2) años o la mitad del plazo acordado, si se tratara de residencia temporaria, excepto que la ausencia obedeciere al ejercicio de una función pública argentina o se hubiese generado en razón de actividades, estudios o investigaciones que a juicio de la DIRECCIÓN NACIONAL DE MIGRACIONES pudieran ser de interés o beneficiosa para la REPÚBLICA ARGENTINA o que mediara autorización expresa de la autoridad migratoria la que podrá ser solicitada por intermedio de las autoridades consulares argentinas;
- e) Se hayan desnaturalizado las razones que motivaron la concesión de una residencia permanente, temporaria o transitoria, o cuando la instalación en el país hubiera sido subvencionada total o parcialmente, directa o indirectamente, por el Estado Argentino y no se cumplieran o se violaren las condiciones expresamente establecidas para la subvención;
- f) El extranjero, cualquiera sea la situación de residencia, se encontrare incurso en cualquiera de los extremos previstos en los incisos e), f), g), h), i) y j) del artículo 29 de la presente, en la REPÚBLICA ARGENTINA o en el exterior.

En los casos en que sobre el extranjero recayere sentencia condenatoria firme en la REPÚBLICA ARGENTINA, la misma operará automáticamente cancelando la residencia cualquiera fuese su antigüedad, categoría o causa de la admisión, y llevará implícita la expulsión. El trámite recursivo se regirá por lo reglado en el Título V, Capítulo I bis —Procedimiento Migratorio Especial Sumarísimo—.

Excepcionalmente, en los casos comprendidos en los incisos a) y e), y en los supuestos del inciso c) y de cancelación automática, si el delito doloso mereciera para la legislación nacional pena privativa de la libertad cuyo monto máximo no exceda de TRES (3) años de prisión, o cuando sea de carácter culposo, la DIRECCIÓN NACIONAL DE MIGRACIONES podrá dispensar la cancelación de la residencia si el extranjero invocare reunificación familiar respecto de progenitor, hijo o cónyuge ciudadano argentino. Asimismo, se tendrá especialmente en consideración el tiempo que la persona lleve residiendo legalmente en el territorio nacional. Fuera de los supuestos expresamente enumerados no podrá hacerse lugar al trámite excepcional regulado en el presente párrafo, sin perjuicio de las previsiones de la Ley N° 26.165.

Cuando en los términos del párrafo precedente se invoque el derecho a la reunificación familiar, deberá acreditarse la convivencia. A dichos fines no se considerará al extranjero de quien se comprobare que se hubiera desinteresado afectiva o económicamente de la persona cuyo vínculo familiar invoque.

Las cancelaciones de residencia deberán ser inmediatamente comunicadas al REGISTRO NACIONAL DE LAS PERSONAS, a la ADMINISTRACIÓN NACIONAL DE LA SEGURIDAD SOCIAL, al REGISTRO NACIONAL DE REINCIDENCIA y a los Poderes Judiciales competentes en materia electoral según la jurisdicción.

El PODER JUDICIAL y el MINISTERIO PÚBLICO FISCAL deberán notificar a la DIRECCIÓN NACIONAL DE MIGRACIONES de todo auto de procesamiento firme, cierre de la investigación preparatoria o acto procesal equiparable y de toda condena por delito penal dictada contra un extranjero, en el plazo de CINCO (5) días hábiles de producido. El incumplimiento será considerado falta grave en los términos del artículo 14, inciso "A", apartado 7), de la Ley N° 24.937 (T.O. 1999) y sus modificatorias.

(Artículo sustituido por art. 6° del [Decreto N° 70/2017](#) B.O. 30/01/2017. Vigencia: a partir del día siguiente al de su publicación en el Boletín Oficial)

(**Nota Infoleg:** por art. 1° de la [Disposición N° 4880/2015](#) de la Dirección Nacional de Migraciones B.O. 13/10/2015 se reconoce, con análogos efectos jurídicos al matrimonio, a los fines de su admisión, en los términos de los artículos 22 de la Ley N° 25.871, 22 incisos a) y b) y 23, última parte del Decreto N° 616/10, y de su inclusión en los supuestos de excepción previstos por los artículos 29, 62 y 10 de la Ley N° 25.871; a los extranjeros que acrediten unión convivencial, con nacional argentino o con ciudadano extranjero radicado permanente o temporario en el país, inscripta en el registro que corresponda a la jurisdicción local. Vigencia: a partir del 1° de octubre de 2015, texto según art. 1° de la [Disposición N° 6206/2017](#) de la Dirección Nacional de Migraciones B.O. 14/11/2017)

ARTÍCULO 62 bis.- El otorgamiento de la dispensa establecida en los artículos 29 y 62 de la presente Ley será una facultad exclusiva de la DIRECCIÓN NACIONAL DE MIGRACIONES, no pudiendo ser otorgada judicialmente.

(Artículo incorporado por art. 7° del [Decreto N° 70/2017](#) B.O. 30/01/2017. Vigencia: a partir del día siguiente al de su publicación en el Boletín Oficial)

ARTÍCULO 63. — En todos los supuestos previstos por la presente Ley:

a) La cancelación de la residencia conlleva la conminación a hacer abandono del país dentro del plazo que se fije o la expulsión del territorio nacional tomando en consideración las circunstancias fácticas y personales del interesado, según lo establezca la Reglamentación;

b) La expulsión lleva implícita, en los casos en que la misma se fundara en la participación o en la comisión de un delito doloso, una prohibición de reingreso permanente o por un término que en ningún caso podrá ser inferior a OCHO (8) años, y se graduará según la importancia de la causa que la motivara. Dicha prohibición sólo podrá ser dispensada por la DIRECCIÓN NACIONAL DE MIGRACIONES.

c) La expulsión en los casos no contemplados en el inciso b) lleva implícita la prohibición de reingreso por un mínimo de CINCO (5) años, y se graduará según la importancia de la causa que la motivara. La prohibición de reingreso sólo podrá ser dispensada por la DIRECCIÓN NACIONAL DE MIGRACIONES.

d) Si el extranjero se aviene a la medida de expulsión dispuesta dentro de los DIEZ (10) días hábiles de notificada, le dará firmeza al acto administrativo de expulsión y conllevará una prohibición de reingreso al territorio nacional de UN (1) año, debiendo concretarse la medida dentro del plazo de SIETE (7) días hábiles.

Dicho beneficio se otorgará por única vez y procederá exclusivamente respecto de aquellos a quienes se haya dictado medida de expulsión por las previsiones de los artículos 29 incisos k) y m) y 62 incisos d) y e) de la presente.

(Artículo sustituido por art. 8° del [Decreto N° 70/2017](#) B.O. 30/01/2017. Vigencia: a partir del día siguiente al de su publicación en el Boletín Oficial)

ARTÍCULO 64. — Los actos administrativos de expulsión firmes y consentidos dictados respecto de extranjeros que se encuentren en situación irregular, se ejecutarán en forma inmediata cuando se trate de:

a) Extranjeros que se encontraren cumpliendo penas privativas de libertad, cuando se hubieran cumplido los supuestos establecidos en los acápite I y II del artículo 17 de la ley 24.660 que correspondieren para cada circunstancia. La ejecución del extrañamiento dará por cumplida la pena impuesta originalmente por el Tribunal competente;

b) Extranjeros sometidos a proceso, cuando sobre los mismos recayere condena firme de ejecución condicional. La ejecución del extrañamiento dará por cumplida la pena impuesta originalmente por el Tribunal competente;

c) El procesamiento de un extranjero sobre el que pesa orden administrativa de expulsión firme y consentida, en cuyo caso no procederá el otorgamiento del beneficio de la suspensión del juicio a prueba o de medidas curativas, las que serán reemplazadas por la ejecución del extrañamiento, dándose por cumplida la carga impuesta al extranjero.

ARTÍCULO 65. — Ningún extranjero o familiar suyo será privado de su autorización de residencia ni expulsado por el solo hecho de no cumplir una obligación emanada de un contrato de trabajo, a menos que el cumplimiento de esa obligación constituya condición necesaria para dicha autorización o permiso.

ARTÍCULO 66. — Los extranjeros y sus familiares no podrán ser objeto de medidas de expulsión colectiva. Cada caso de expulsión será examinado y decidido individualmente.

ARTÍCULO 67. — La expulsión no menoscabará por sí sola ninguno de los derechos que haya adquirido el migrante de conformidad con la legislación nacional, incluido el derecho a recibir los salarios y toda otra prestación que le pudiere corresponder.

ARTÍCULO 68. — El interesado deberá contar con oportunidad razonable, aún después de la partida, para reclamar lo concerniente al pago de los salarios y otras prestaciones que le pudieren corresponder, así como para cumplimentar sus obligaciones pendientes. Los gastos a que dé lugar el procedimiento de expulsión de un migrante o un familiar suyo estarán a cargo de la autoridad de aplicación. Podrá exigírsele que pague sus propios gastos de viaje desde el puesto de salida hasta su lugar de destino, sin perjuicio de lo previsto en el Título III.

CAPÍTULO I BIS

DEL PROCEDIMIENTO MIGRATORIO ESPECIAL SUMARÍSIMO

(Capítulo incorporado por art. 9° del [Decreto N° 70/2017](#) B.O. 30/01/2017. Vigencia: a partir del día siguiente al de su publicación en el Boletín Oficial)

ARTÍCULO 69. — Respecto de los extranjeros que se encuentren comprendidos en alguno de los impedimentos previstos en los artículos 29, incisos a), b), c), d), e), f), g), h), i), j) y k) y 62, incisos a), b), c) y f), y cancelación automática de la

residencia, o en los restantes supuestos de los artículos 29 y 62 de la presente Ley que impliquen gravedad institucional, se aplicará el Procedimiento Migratorio Especial Sumarísimo regulado en el presente Capítulo.

Los plazos previstos en el presente Procedimiento Migratorio Especial Sumarísimo son improrrogables.

(Artículo sustituido por art. 10 del [Decreto N° 70/2017](#) B.O. 30/01/2017. Vigencia: a partir del día siguiente al de su publicación en el Boletín Oficial)

ARTICULO 69 bis.- El inicio del presente procedimiento podrá ser contemporáneo al pedido de retención preventiva de conformidad al artículo 70 de la presente Ley a efectos de asegurar la medida de expulsión. La retención preventiva podrá ser pedida en todo momento del procedimiento administrativo o del proceso judicial.

(Artículo incorporado por art. 11 del [Decreto N° 70/2017](#) B.O. 30/01/2017. Vigencia: a partir del día siguiente al de su publicación en el Boletín Oficial)

ARTICULO 69 ter.- La solicitud de prueba testimonial o pedidos de informes que se realicen a las oficinas públicas, escribanos con registro y entidades privadas, deberán versar sobre hechos concretos y específicos, con relación a la situación migratoria del extranjero y el encuadre legal que se discute.

Los pedidos de informes o remisión de expedientes deberán ser satisfechos:

- a) dentro de los CINCO (5) días hábiles en los casos previstos en el Capítulo I del Título VI de la presente Ley,
- b) dentro de los TRES (3) días hábiles en los casos del Procedimiento Migratorio Especial Sumarísimo,
- c) Dentro de los DOS (2) días hábiles en los casos de retención previstos en el artículo 70 de la presente Ley.

El atraso injustificado de las oficinas públicas en las contestaciones de informes dará lugar a las sanciones disciplinarias por incumplimiento de los deberes establecidos en el artículo 23 de la Ley N° 25.164 para quien resulte responsable por no contestar en plazo.

(Artículo incorporado por art. 12 del [Decreto N° 70/2017](#) B.O. 30/01/2017. Vigencia: a partir del día siguiente al de su publicación en el Boletín Oficial)

ARTICULO 69 quater.- Tanto en el procedimiento previsto en el Título VI, Capítulo I como en el Procedimiento Migratorio Especial Sumarísimo, el interesado tiene derecho a tomar vista del expediente. Deberá solicitarla de la forma que establezca la autoridad de aplicación. La vista se otorgará por TRES (3) días hábiles y será notificada de pleno derecho.

El pedido de vista suspende los plazos para interponer recursos por única vez.

(Artículo incorporado por art. 13 del [Decreto N° 70/2017](#) B.O. 30/01/2017. Vigencia: a partir del día siguiente al de su publicación en el Boletín Oficial)

ARTICULO 69 quinquies.- En el marco del Procedimiento Migratorio Especial Sumarísimo, dispuesta la expulsión de un extranjero del territorio nacional, el interesado podrá interponer recurso jerárquico en un plazo improrrogable de TRES (3) días hábiles desde su notificación. Dicho recurso será resuelto por el Director Nacional de Migraciones.

Resuelto el recurso jerárquico se tendrá por agotada la vía administrativa.

(Artículo incorporado por art. 14 del [Decreto N° 70/2017](#) B.O. 30/01/2017. Vigencia: a partir del día siguiente al de su publicación en el Boletín Oficial)

ARTICULO 69 sexies.- Firme la expulsión del extranjero, la DIRECCIÓN NACIONAL DE MIGRACIONES procederá a la solicitud de retención conforme lo dispuesto en el artículo 70 de la presente.

(Artículo incorporado por art. 15 del [Decreto N° 70/2017](#) B.O. 30/01/2017. Vigencia: a partir del día siguiente al de su publicación en el Boletín Oficial)

ARTICULO 69 septies.- Agotada la instancia administrativa conforme lo dispuesto por el artículo 69 quinquies, podrá interponerse el recurso judicial en un plazo de TRES (3) días hábiles desde su notificación.

El recurso deberá ser presentado por escrito, fundado y con patrocinio letrado ante la DIRECCIÓN NACIONAL DE MIGRACIONES, la que deberá remitir las actuaciones dentro de los TRES (3) días hábiles subsiguientes al juez federal competente. Junto con dicha elevación, la DIRECCIÓN NACIONAL DE MIGRACIONES deberá presentar un informe circunstanciado sobre la procedencia de la habilitación de instancia y acerca de los antecedentes y fundamentos de la medida impugnada.

Presentadas las actuaciones, el juez, previo a todo trámite, dará vista al fiscal por el término de DOS (2) días para que se expida sobre la habilitación de instancia. El juez resolverá en UN (1) día hábil sobre la misma.

Si el recurso no cumpliera los requisitos establecidos en los párrafos anteriores, el juez deberá rechazar "in limine" el recurso.

El juez deberá resolver el recurso en el plazo de TRES (3) días hábiles.

La sentencia deberá expresamente resolver sobre la expulsión dictada y la procedencia de la retención solicitada.

Exceptúase de la comunicación establecida en los artículos 6° y 8° de la Ley N° 25.344 al Procedimiento Migratorio Especial Sumarísimo.

(Artículo incorporado por art. 16 del [Decreto N° 70/2017](#) B.O. 30/01/2017. Vigencia: a partir del día siguiente al de su publicación en el Boletín Oficial)

ARTICULO 69 octies.- En caso de que la medida de expulsión sea recurrida en los términos del artículo 69 septies y no se hubiera dictado una retención preventiva, la DIRECCIÓN NACIONAL DE MIGRACIONES, juntamente con la presentación del informe circunstanciado, podrá solicitar que a los fines de resolver la medida de expulsión dictada, el juez también se expida accesoriamente sobre la retención prevista en el artículo 70 de la presente Ley. No será necesario iniciar expediente judicial de retención independiente del proceso recursivo judicial que se establece en el presente régimen.

(Artículo incorporado por art. 17 del [Decreto Nº 70/2017](#) B.O. 30/01/2017. Vigencia: a partir del día siguiente al de su publicación en el Boletín Oficial)

ARTICULO 69 nonies.- Contra la resolución del juez dictada en los términos del ARTÍCULO 69 septies procederá el recurso de apelación ante la Cámara Federal correspondiente, el cual deberá ser interpuesto y fundado en el plazo improrrogable de TRES (3) días hábiles desde su notificación, ante el juez de primera instancia, quien dará traslado por el mismo plazo.

Contestado el traslado, se elevarán las actuaciones en el plazo improrrogable de TRES (3) días hábiles a la Cámara Federal correspondiente, que deberá expedirse en el mismo plazo.

Dictada la sentencia por la Cámara Federal correspondiente y habiendo quedado firme o denegado el recurso extraordinario federal, la DIRECCIÓN NACIONAL DE MIGRACIONES, en caso de corresponder, ejecutará la medida de expulsión sin más trámite.

(Artículo incorporado por art. 18 del [Decreto Nº 70/2017](#) B.O. 30/01/2017. Vigencia: a partir del día siguiente al de su publicación en el Boletín Oficial)

ARTICULO 69 decies.- En el Procedimiento Migratorio Especial Sumarísimo no procederán los recursos de reconsideración ni de alzada.

(Artículo incorporado por art. 19 del [Decreto Nº 70/2017](#) B.O. 30/01/2017. Vigencia: a partir del día siguiente al de su publicación en el Boletín Oficial)

ARTICULO 69 undecies.- En los casos no previstos en este Procedimiento Migratorio Especial Sumarísimo, serán de aplicación supletoria las disposiciones del proceso sumarísimo previsto en el artículo 498 del Código Procesal Civil y Comercial de la Nación.

(Artículo incorporado por art. 20 del [Decreto Nº 70/2017](#) B.O. 30/01/2017. Vigencia: a partir del día siguiente al de su publicación en el Boletín Oficial)

CAPITULO II

DE LAS MEDIDAS CAUTELARES

ARTICULO 70. — ARTÍCULO 70.- Firme la expulsión de un extranjero, la DIRECCIÓN NACIONAL DE MIGRACIONES solicitará a la autoridad judicial competente que ordene su retención, mediante resolución fundada, al sólo y único efecto de cumplir aquélla.

Excepcionalmente cuando las características del caso lo justificaren, la DIRECCIÓN NACIONAL DE MIGRACIONES podrá solicitar a la autoridad judicial la retención preventiva del extranjero aun cuando la orden de expulsión no se encuentre firme, en virtud de las circunstancias particulares de hecho y de derecho en el caso concreto. Ante medidas expulsivas firmes, el plazo de retención para materializar la expulsión será de TREINTA (30) días corridos, prorrogables por disposición judicial por idéntico término.

Ante medidas expulsivas no firmes, el plazo de retención será el estrictamente necesario para materializar la expulsión hasta que se encuentren agotadas las vías recursivas.

El tiempo de retención no podrá exceder el indispensable para hacer efectiva la expulsión del extranjero, sujeta a las constancias judiciales por recursos u acciones articuladas en su defensa, y/o las medidas operativas necesarias para la reserva de plazas, carga pública, custodios y viáticos pertinentes, cuando corresponda.

Las acciones o procesos recursivos suspenderán el cómputo del plazo de retención hasta su resolución definitiva.

En el caso en que el extranjero retenido alegara como hecho nuevo ser progenitor de argentino nativo menor de edad o con discapacidad, la DIRECCIÓN NACIONAL DE MIGRACIONES deberá suspender por DOS (2) días hábiles la ejecución de la medida de expulsión a los fines de constatar la veracidad de los hechos y resolver si se otorgará o no dispensa conforme lo dispuesto por los artículos 29 y 62 de la presente.

En todos los casos, materializada la retención se dará inmediato conocimiento de la misma al juzgado federal que hubiere dictado la orden y se detallará la ubicación de su alojamiento temporal y la fuerza de seguridad actuante.

Sin perjuicio de lo establecido en el artículo 98 de la presente y para el caso de la retención de carácter preventivo o aquella que revista gravedad institucional, la Cámara de Apelaciones en lo Contencioso Administrativo Federal o las Cámaras Federales con asiento en las provincias, deberán designar un juzgado de turno que resuelva la procedencia y concesión de la misma en un plazo no mayor a SEIS (6) horas. Ello hasta tanto se cree e instrumente el Fuero Migratorio especial al efecto.

(Artículo sustituido por art. 21 del [Decreto Nº 70/2017](#) B.O. 30/01/2017. Vigencia: a partir del día siguiente al de su publicación en el Boletín Oficial)

ARTICULO 71. — Hecha efectiva la retención de un extranjero, la autoridad de aplicación, podrá disponer su libertad provisoria bajo caución real o juratoria que fijen en cada caso, cuando no pueda realizarse la expulsión en un plazo prudencial o medien causas que lo justifiquen. Dicha decisión deberá ser puesta en conocimiento del Juez Federal competente en forma inmediata.

ARTICULO 72. — La retención se hará efectiva por los organismos integrantes de la policía migratoria auxiliar, los que alojarán a los detenidos en sus dependencias o donde lo disponga la Dirección Nacional de Migraciones, hasta su salida del territorio nacional.

Cuando por razones de seguridad o por las condiciones personales del expulsado, se haga necesaria su custodia hasta el lugar de destino, la autoridad migratoria podrá disponerla y requerirla de la policía migratoria auxiliar. En caso de necesidad, podrá solicitar asistencia médica.

ARTICULO 73. — Las personas, compañías, empresas, asociaciones o sociedades que solicitaren el ingreso, la permanencia o la regularización de la situación migratoria de un extranjero en el país, deberán presentar caución suficiente, de acuerdo a lo que establezca la reglamentación.

TITULO VI

DEL REGIMEN DE LOS RECURSOS

CAPITULO I

DEL REGIMEN DE LOS RECURSOS

ARTICULO 74. — Contra las decisiones de la Dirección Nacional de Migraciones que revistan carácter de definitivas o que impidan totalmente la tramitación del reclamo o pretensión del interesado y contra los interlocutorios de mero trámite que lesionen derechos subjetivos o un interés legítimo, procederá la revisión en sede administrativa y judicial, cuando:

- a) Se deniegue la admisión o la permanencia de un extranjero;
- b) Se cancele la autorización de residencia permanente, temporaria o transitoria;
- c) Se conmine a un extranjero a hacer abandono del país o se decrete su expulsión;
- d) Se resuelva la aplicación de multas y cauciones o su ejecución.

ARTÍCULO 74 bis.- En todos los casos se tendrá por desistida la vía administrativa o judicial cuando se comprobare que el extranjero se encontrare fuera del territorio nacional por un plazo mayor a SESENTA (60) días corridos y continuos.

(Artículo sustituido por art. 22 del [Decreto N° 70/2017](#) B.O. 30/01/2017. Vigencia: a partir del día siguiente al de su publicación en el Boletín Oficial)

ARTICULO 75. — Podrán ser objeto de Recurso de Reconsideración los actos administrativos que resuelvan sobre las cuestiones enumeradas precedentemente.

Dicho recurso se interpondrá contra los actos dictados por la Dirección Nacional de Migraciones y serán resueltos por ésta.

En el caso de que el acto hubiese sido dictado por autoridad delegada, ésta será quien resuelva, sin perjuicio del derecho de avocación de la mencionada Dirección, salvo que la delegación hubiere cesado al tiempo de deducirse el recurso, supuesto en el cual resolverá el delegante.

El Recurso de Reconsideración deberá deducirse dentro de los diez (10) días hábiles de la notificación fehaciente del acto y ante el mismo órgano que lo dictó.

ARTICULO 76. — La autoridad competente deberá resolver el Recurso de Reconsideración deducido, dentro de los treinta (30) días hábiles de su interposición. Vencido dicho plazo sin que hubiere una resolución al respecto, podrá reputarse denegado tácitamente, sin necesidad de requerir pronto despacho.

ARTICULO 77. — El Recurso de Reconsideración lleva implícito el Recurso Jerárquico en Subsidio en el caso de decisiones adoptadas por autoridad delegada. Conforme a ello, cuando la reconsideración hubiese sido rechazada —expresa o tácitamente— las actuaciones deberán elevarse a la Dirección Nacional de Migraciones dentro del término de cinco (5) días hábiles, de oficio —supuesto de denegatoria expresa— o a petición de parte —supuesto de silencio—.

Dentro de los cinco (5) días hábiles de recibida por la Dirección Nacional de Migraciones, el interesado podrá mejorar o ampliar los fundamentos del recurso.

ARTICULO 78. — Los actos administrativos que resuelvan sobre las cuestiones enumeradas en el artículo 74, podrán también ser objeto del Recurso Jerárquico a interponerse ante la autoridad emisora del acto recurrido dentro de los quince (15) días hábiles de su notificación fehaciente, y será elevado de oficio y dentro del término de cinco (5) días hábiles a la Dirección Nacional de Migraciones.

El Organismo citado deberá resolver el Recurso Jerárquico dentro de los treinta (30) días hábiles contados desde la recepción de las actuaciones.

La interposición del Recurso Jerárquico no requiere la previa deducción del Recurso de Reconsideración. Si se hubiere interpuesto éste, no será indispensable fundar nuevamente el Jerárquico.

ARTICULO 79. — Contra los actos dispuestos por la Dirección Nacional de Migraciones en los términos del Artículo 74, procederá a opción del interesado, el recurso administrativo de alzada o el recurso judicial pertinente.

ARTICULO 80. — La elección de la vía judicial hará perder la administrativa; pero la interposición del recurso de alzada no impedirá desistirlo en cualquier estado a fin de promover la acción judicial, ni obstará a que se articule ésta una vez resuelto el recurso administrativo.

ARTICULO 81. — El Ministro del Interior será competente para resolver en definitiva el recurso de alzada.

ARTICULO 82. — La interposición de los recursos previstos en los artículos 69 quinquies, 69 septies, 74 y 84, suspenderá la ejecución de la medida dictada hasta tanto la misma quede firme.

(Artículo sustituido por art. 23 del [Decreto N° 70/2017](#) B.O. 30/01/2017. Vigencia: a partir del día siguiente al de su publicación en el Boletín Oficial)

ARTICULO 83. — En los casos no previstos en este Título, serán de aplicación supletoria las disposiciones de la ley 19.549, el Decreto N° 1759/72 y sus modificaciones.

ARTICULO 84. — Agotada la vía administrativa a través de los Recursos de Reconsideración, Jerárquico o Alzada, queda expedita la vía recursiva judicial.

El plazo para la interposición del respectivo recurso, será de treinta (30) días hábiles a contar desde la notificación fehaciente al interesado.

ARTICULO 85. — La parte interesada podrá solicitar judicialmente se libre orden de pronto despacho, la cual será procedente cuando la autoridad administrativa hubiere dejado vencer los plazos fijados o, en caso de no existir éstos, si hubiere transcurrido un plazo que exceda lo razonable para dictaminar. Presentado el pedido, el juez debe expedirse sobre su procedencia teniendo en cuenta las circunstancias del caso y, de entenderlo procedente, requerirá a la autoridad administrativa interviniente un informe acerca de las causas de la demora invocada, fijándole para ello un plazo. La

decisión judicial será inapelable.

Contestado el requerimiento o vencido el plazo para hacerlo sin haber obtenido la resolución pertinente, el juez resolverá lo que corresponda con relación a la mora, librando —en su caso— la orden correspondiente a fin de que la autoridad administrativa responsable despache las actuaciones en el plazo que se establezca de acuerdo con la naturaleza y complejidad del caso pendiente.

ARTICULO 86. — Los extranjeros que se encuentren en territorio nacional y que carezcan de medios económicos, tendrán derecho a asistencia jurídica gratuita en aquellos procedimientos administrativos y judiciales que puedan llevar a la denegación de su residencia legal o a la expulsión del territorio argentino. Además tendrán derecho a la asistencia de intérprete si no comprendieren o hablaren el idioma oficial.

Con la solicitud ante la autoridad administrativa de asistencia jurídica gratuita y acreditada que sea la carencia de medios económicos, la DIRECCIÓN NACIONAL DE MIGRACIONES notificará al defensor público oficial de turno para que en el plazo de TRES (3) días hábiles tome la intervención que le compete.

Cuando no haya sido requerida la asistencia jurídica gratuita o no se acreditara de forma fehaciente la falta de medios económicos, se continuará con las actuaciones administrativas sin más trámite.

Al momento de notificar al extranjero de alguna decisión de la DIRECCIÓN NACIONAL DE MIGRACIONES, que pudiera afectar alguno de los derechos enunciados en la presente Ley, se deberá transcribir en forma textual este artículo en el cuerpo de la notificación.

La reglamentación de la presente deberá resguardar el ejercicio del derecho constitucional de defensa.

(Artículo sustituido por art. 24 del [Decreto N° 70/2017](#) B.O. 30/01/2017. Vigencia: a partir del día siguiente al de su publicación en el Boletín Oficial)

ARTICULO 87. — La imposibilidad de pago de las tasas establecidas para la interposición de recursos no podrán obstaculizar el acceso al régimen de recursos establecido en el presente Título.

ARTICULO 88. — La imposibilidad del pago de la tasa prevista para la interposición de los recursos, no será obstáculo para acceder al régimen recursivo previsto en el presente capítulo.

ARTICULO 89. — El recurso judicial previsto en el artículo 84, como la consecuente intervención y decisión del órgano judicial competente para entender respecto de aquéllos, se limitarán al control de legalidad, debido proceso y de razonabilidad del acto motivo de impugnación.

ARTICULO 89 bis.- El control judicial aplicable al Procedimiento Migratorio Especial Sumarísimo se regirá conforme lo dispuesto por el artículo 89 de la presente Ley.

El juez podrá ordenar las medidas de prueba ofrecidas que han sido denegadas en sede administrativa. El plazo para producir toda la prueba ofrecida en sede judicial no podrá exceder VEINTE (20) días hábiles.

(Artículo incorporado por art. 25 del [Decreto N° 70/2017](#) B.O. 30/01/2017. Vigencia: a partir del día siguiente al de su publicación en el Boletín Oficial)

CAPITULO II

DE LA REVISION DE LOS ACTOS DECISORIOS

ARTICULO 90. — *(Artículo derogado por art. 26 del [Decreto N° 70/2017](#) B.O. 30/01/2017. Vigencia: a partir del día siguiente al de su publicación en el Boletín Oficial)*

CAPITULO III

DEL COBRO DE MULTAS

ARTICULO 91. — Las multas que se impongan en virtud de lo dispuesto por la presente ley, deberán ser abonadas dentro del plazo, en el lugar, forma y destino que determine la reglamentación.

ARTICULO 92. — Contra las resoluciones que dispongan la sanción, multa o caución, procederá el recurso jerárquico previsto en los artículos 77 y 78, o el judicial contemplado en el artículo 84 de la presente. Este último deberá interponerse acreditando fehacientemente el previo depósito de la multa o cumplimiento de la caución impuesta.

ARTICULO 93. — Cuando las multas impuestas de acuerdo con la presente ley no hubiesen sido satisfechas temporáneamente, la Dirección Nacional de Migraciones, perseguirá su cobro judicial, por vía de ejecución fiscal, dentro del término de sesenta (60) días de haber quedado firmes.

La certificación emanada de dicho organismo será título ejecutivo suficiente a tales efectos. La Justicia Federal será competente para entender en la vía ejecutiva.

ARTICULO 94. — A los fines previstos en el artículo anterior, y en los casos en que deba presentarse ante jueces y tribunales, la Dirección Nacional de Migraciones tendrá personería para actuar en juicio.

ARTICULO 95. — Los domicilios constituidos en las respectivas actuaciones administrativas serán válidos en el procedimiento judicial.

CAPITULO IV

DE LA PRESCRIPCION

ARTICULO 96. — Las infracciones reprimidas con multas, prescribirán a los dos (2) años.

ARTICULO 97. — La prescripción se interrumpirá por la comisión de una nueva infracción o por la secuela del procedimiento administrativo o judicial.

TITULO VII

COMPETENCIA

ARTICULO 98. — Serán competentes para entender en lo dispuesto en los Títulos V y VI los Juzgados Nacionales de Primera Instancia en lo Contencioso Administrativo Federal o los Juzgados Federales del interior del país, hasta tanto se cree un fuero específico en materia migratoria.

TITULO VIII

DE LAS TASAS

TASA RETRIBUTIVA DE SERVICIOS

ARTICULO 99. — El Poder Ejecutivo nacional determinará los actos de la Dirección Nacional de Migraciones que serán gravados con tasas retributivas de servicios, estableciendo los montos, requisitos y modos de su percepción.

ARTICULO 100. — Los servicios de inspección o de contralor migratorio que la Dirección Nacional de Migraciones preste en horas o días inhábiles o fuera de sus sedes, a los medios de transporte internacional que lleguen o que salgan de la República, se encontrarán gravados por las tasas que fije el Poder Ejecutivo al efecto.

ARTICULO 101. — Los fondos provenientes de las tasas percibidas de acuerdo con la presente ley, serán depositados en el lugar y la forma establecidos por la reglamentación.

TITULO IX

DE LOS ARGENTINOS EN EL EXTERIOR

ARTICULO 102. — El gobierno de la República Argentina podrá suscribir convenios con los Estados en los que residan emigrantes argentinos para asegurarles la igualdad o asimilación de los derechos laborales y de seguridad social que rijan en el país receptor. Dichos tratados deberán asimismo garantizar a los emigrantes la posibilidad de efectuar remesas de fondos para el sostenimiento de sus familiares en la República Argentina.

El Poder Ejecutivo podrá suspender los beneficios otorgados por la presente ley respecto de los súbditos de aquellos países que tengan establecidas restricciones para los ciudadanos argentinos allí residentes, que afecten gravemente el principio de reciprocidad.

ARTICULO 103. — Todo argentino con más de dos (2) años de residencia en el exterior que decida retornar al país podrá introducir los bienes de su pertenencia destinados a su actividad laboral libre de derechos de importación, tasas, contribuciones y demás gravámenes, así como su automóvil, efectos personales y del hogar hasta el monto que determine la autoridad competente, hasta el monto y con los alcances que establezca el Poder Ejecutivo nacional.

ARTICULO 104. — Las embajadas y consulados de la República Argentina deberán contar con los servicios necesarios para mantener informados a los argentinos en el exterior de las franquicias y demás exenciones para retornar al país.

TITULO X

DE LA AUTORIDAD DE APLICACION

CAPITULO I

AUTORIDAD DE APLICACION

ARTICULO 105. — La autoridad de aplicación de la presente ley será la Dirección Nacional de Migraciones.

ARTICULO 106. — Los poderes públicos impulsarán el fortalecimiento del movimiento asociativo entre los inmigrantes y apoyarán a los sindicatos, organizaciones empresariales y a las organizaciones no gubernamentales que, sin ánimo de lucro, favorezcan su integración social, prestándoles ayuda en la medida de sus posibilidades.

CAPITULO II

DE LA DIRECCION NACIONAL DE MIGRACIONES

ARTICULO 107. — La Dirección Nacional de Migraciones, será el órgano de aplicación de la presente ley, con competencia para entender en la admisión, otorgamiento de residencias y su extensión, en el Territorio Nacional y en el exterior, pudiendo a esos efectos establecer nuevas delegaciones, con el objeto de conceder permisos de ingresos; prórrogas de permanencia y cambios de calificación para extranjeros. Asimismo controlará el ingreso y egreso de personas al país y ejercerá el control de permanencia y el poder de policía de extranjeros en todo el Territorio de la República.

ARTICULO 108. — La Dirección Nacional de Migraciones podrá delegar el ejercicio de sus funciones y facultades de la Dirección Nacional de Migraciones en las instituciones que constituyan la Policía Migratoria Auxiliar o en otras autoridades, nacionales, provinciales o municipales, las que actuarán conforme a las normas y directivas que aquella les imparta.

CAPITULO III

DE LA RELACION ENTRE DIRECCION NACIONAL DE MIGRACIONES CON OTROS ENTES Y ORGANISMOS

ARTICULO 109. — Los Gobernadores de Provincias y el Jefe de Gobierno de la Ciudad de Buenos Aires, en su carácter de agentes naturales del Gobierno Federal, proveerán lo necesario para asegurar el cumplimiento de la presente ley en sus respectivas jurisdicciones, y designarán los organismos que colaborarán para tales fines con la Dirección Nacional de Migraciones.

ARTICULO 110. — Los juzgados federales deberán comunicar a la Dirección Nacional de Migraciones sobre las cartas de ciudadanía otorgadas y su cancelación en un plazo no mayor de treinta (30) días, para que ésta actualice sus registros.

ARTICULO 111. — Las autoridades competentes que extiendan certificado de defunción de extranjeros deberán comunicarlo a la Dirección Nacional de Migraciones en un plazo no mayor de quince (15) días, para que ésta actualice sus registros.

CAPITULO IV

DE LOS REGISTROS MIGRATORIOS

ARTICULO 112. — La Dirección Nacional de Migraciones creará aquellos registros que resulten necesarios para el cumplimiento de la presente ley.

CAPITULO V

DE LA POLICIA MIGRATORIA AUXILIAR

ARTICULO 113. — El Ministerio del Interior podrá convenir con los gobernadores de provincias y el Jefe de Gobierno de la Ciudad Autónoma de Buenos Aires el ejercicio de funciones de Policía Migratoria Auxiliar en sus respectivas jurisdicciones y las autoridades u organismos provinciales que la cumplirán.

ARTICULO 114. — La Policía Migratoria Auxiliar quedará integrada por la Prefectura Naval Argentina, la Gendarmería Nacional, la Policía Aeronáutica Nacional y la Policía Federal, las que en tales funciones quedarán obligadas a prestar a la Dirección Nacional de Migraciones la colaboración que les requiera.

ARTICULO 115. — La Dirección Nacional de Migraciones, mediante la imputación de un porcentaje del producido de las tasas o multas que resulten de la aplicación de la presente, podrá solventar los gastos en que incurrieran la Policía Migratoria Auxiliar, las autoridades delegadas o aquellas otras con las que hubiera celebrado convenios, en cumplimiento de las funciones acordadas.

CAPITULO VI

DELITOS AL ORDEN MIGRATORIO

ARTICULO 116. — Será reprimido con prisión o reclusión de uno (1) a seis (6) años el que realizare, promoviere o facilitare el tráfico ilegal de personas desde, en tránsito o con destino a la República Argentina.

Se entenderá por tráfico ilegal de personas, la acción de realizar, promover o facilitar el cruce ilegal de personas, por los límites fronterizos nacionales con el fin de obtener directa o indirectamente un beneficio.

ARTICULO 117. — Será reprimido con prisión o reclusión de uno (1) a seis (6) años el que promoviere o facilitare la permanencia ilegal de extranjeros en el Territorio de la República Argentina con el fin de obtener directa o indirectamente un beneficio.

ARTICULO 118. — Igual pena se impondrá a quien mediante la presentación de documentación material o ideológicamente falsa peticione para un tercero algún tipo de beneficio migratorio.

ARTICULO 119. — Será reprimido con prisión o reclusión de DOS (2) a OCHO (8) años el que realice las conductas descriptas en el presente capítulo empleando violencia, intimidación o engaño o abusando de la necesidad o inexperiencia de la víctima.

(Artículo sustituido por art. 15 de la [Ley N° 26.364](#) B.O. 30/4/2008)

ARTICULO 120. — Las penas descriptas en el presente capítulo se agravarán de tres (3) a diez (10) años cuando se verifiquen algunas de las siguientes circunstancias:

a) Si se hiciera de ello una actividad habitual;

b) Interviniere en el hecho un funcionario o empleado público en ejercicio o en ocasión de sus funciones o con abuso de su cargo. En este caso se impondrá también inhabilitación absoluta perpetua para ejercer cargos públicos.

ARTICULO 121. — Las penas establecidas en el presente capítulo se agravarán de CINCO (5) a QUINCE (15) años cuando se hubiere puesto en peligro la vida, la salud o la integridad de los migrantes o cuando la víctima sea menor de edad; y de OCHO (8) a VEINTE (20) años cuando el tráfico de personas se hubiere efectuado con el objeto de cometer actos de terrorismo, actividades de narcotráfico o lavado de dinero.

(Artículo sustituido por art. 16 de la [Ley N° 26.364](#) B.O. 30/4/2008)

TITULO XI

DISPOSICIONES COMPLEMENTARIAS Y TRANSITORIAS

ARTICULO 122. — La presente ley entrará en vigencia a partir de su publicación. Producida la entrada en vigor de la presente ley, sus normas serán aplicables aún a los casos que se encontraren pendientes de una decisión firme a esa fecha.

ARTICULO 123. — La elaboración de la reglamentación de la presente ley estará a cargo de la autoridad de aplicación.

ARTICULO 124. — Derógase la ley 22.439, su decreto reglamentario 1023/94 y toda otra norma contraria a la presente ley, que no obstante retendrán su validez y vigencia hasta tanto se produzca la entrada en vigor de esta última y su reglamentación.

ARTICULO 125. — Ninguna de las disposiciones de la presente ley tendrá por efecto eximir a los extranjeros de la obligación de cumplir con la legislación nacional ni de la obligación de respetar la identidad cultural de los argentinos.

ARTICULO 126. — Comuníquese al Poder Ejecutivo.

DADA EN LA SALA DE SESIONES DEL CONGRESO ARGENTINO, EN BUENOS AIRES, A LOS DIECISIETE DIAS DEL MES DE DICIEMBRE DEL AÑO DOS MIL TRES.

— REGISTRADA BAJO EL N° 25.871 —

EDUARDO O. CAMAÑO. — DANIEL O. SCIOLI. — Eduardo D. Rollano. — Juan Estrada.